

EIXO 2 – Economia e Desenvolvimento

D 2.3 – Economia do Setor Público (16h)

Raul Wagner dos Reis Velloso

19 de setembro de 2011

RV na ENAP

raul_veloso@uol.com.br

19set2011

Poupança, Investimento e Crescimento do PIB

$$1) \quad Y = C_p + I + G - (M - X) = \text{PIB}$$

Dispêndio Interno (D.I.)
Def. C/C BP

$$\text{D.I.} > Y \rightarrow \text{Def C/C BP} > 0$$

$$2) \quad Y = C_p + I + G + (X - M)$$

$$3) \quad Y_d = Y - T + Tr + J$$

$$4) \quad Y_d = C_p + S_p$$

$$5) \quad I = I_p + I_g$$

$$6) \quad (3) \text{ e } (4) \dots \quad Y - T + Tr + J = C_p + S_p$$

$$7) \quad (1) \text{ e } (5) \text{ em } (6) \dots$$

$$C_p + I_p + I_g + G - (M - X) - T + Tr + J = \\ = C_p + S_p.$$

Daí:

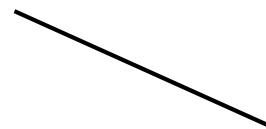
$$8) \quad I_p = (T - Tr - J - I_g - G) + (M - X) + S_p$$

$$9) \quad S_g = T - Tr - J - G \text{ (poup. em c/c do gov.)}$$

$$10) \quad (9) \text{ em } (8) \dots$$

$$I_p = (S_g - I_g) + (M - X) + S_p$$

$$I_p = (S_g - I_g) + (M - X) + S_p$$

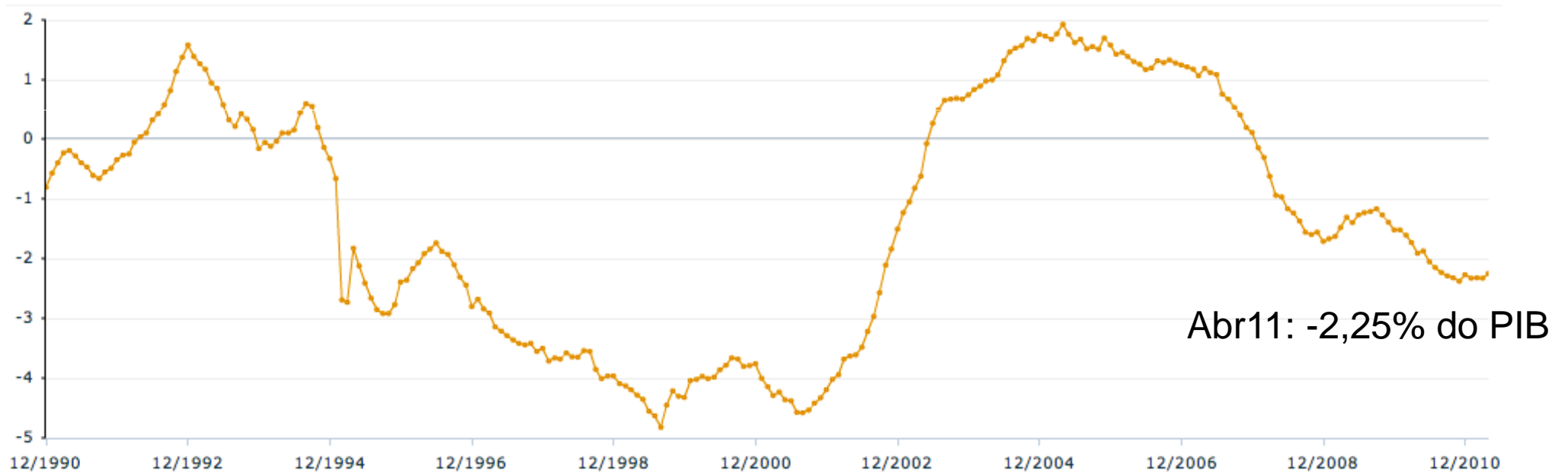

$$I_p/Y \rightarrow \Delta \text{PIB}/\text{PIB}$$

Até 80s, $S_g > I_g$.

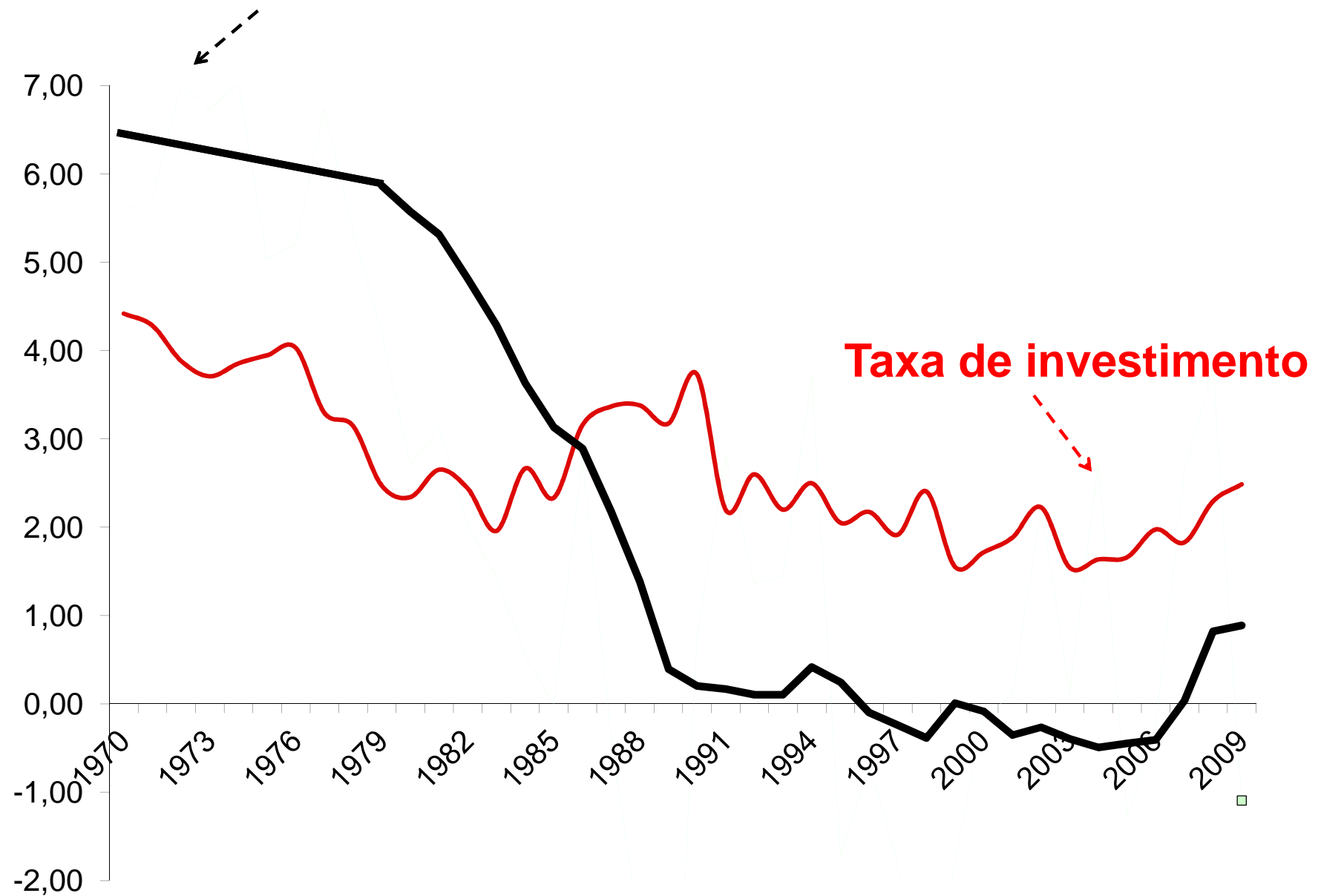
Depois disso, inverso: S_g cai e fica menor que I_g , mesmo com I_g caindo. Em certos anos, $S_g < 0$!!!! (inclusive 2009).

Dados S_p/Y e tradicional restrição externa, única saída sustentável para aumentar I_p/Y (e, portanto, $\Delta \text{PIB}/\text{PIB}$), é aumentar o excesso de S sobre I_g . [Ou, então, aumentar $(M-X)/Y$ temporariamente].

Saldo em conta-corrente, em % do PIB





Taxa de poupança (% PIB) da União, Estados e Municípios



$$\text{INV PRIV} = (\text{POUP GOV} - \text{INV GOV}) + \text{DEF C/C DO BP} + \text{POUP PRIV}$$
$$= \text{POUP EXT}$$

Brasil vs. China

	I/Y	S/Y	Tx.Cresc. Y
 Brasil	19%	17%	4,5% aa (Potencial)
 China	50%	55%	11% aa

CONFRONTE



China, que tem modelo econômico voltado para o investimento (além de se voltar para a demanda externa via ênfase na indústria de transformação), poupa 55% do PIB e investe 50% do PIB. (Sobram 5% do PIB que são investidos em títulos dos EEUU). Graças a essa ênfase, tem crescido a 10% ao ano em média há trinta anos.

Brasil, em contraste, é voltado para o consumo interno, principalmente o puxado pelos gastos públicos correntes – especialmente transferências federais de previdência e assistência.

Brasil investe 19% do PIB, absorve algo próximo de 2% de poupança externa, ou seja, poupa internamente algo próximo de 17% do PIB, e isso ocorre basicamente no setor privado. No setor público a poupança é próxima de zero, apesar da gigantesca carga tributária.

Consequência: PIB cresce pouco →
1994-2002: taxa média de 2,6% a.a.
Taxa sustentável pós 2003: 4,5% a.a.

Déficit público e seu financiamento

(Restrição básica em épocas de paz...)

$$I_p = (S_g - I_g) + (M - X) + S_p$$

$S_g = T - Tr - J - G$ (poup. em c/c do gov.)

$$I_p = - [I_g - (T - Tr - J - G)] + (M - X) +$$

NFSP=déficit público \leftarrow Troca J por I_g

$$\text{Sup. Prim.} = T - Tr - I_g - G = S_g + J - I_g$$

$$\text{NFSP} = J - \text{Sup. Prim} = (B_t - B_{t-1})$$

F



(Estoques



Ativo

DIV

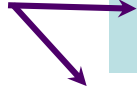
Passivo

B

M

INTRODUZINDO
monopólio emissão
de moeda

(Fluxos)



Def Nom =
Def Prim + iB

Juros devidos
s/B

$$\text{Def Nom} = \text{Def Prim} + i.B = \text{Acr DIV} = \text{Acr B} + \text{Acr M}$$

INTRODUZINDO outros bancos públicos, possibilidade de o governo emprestar, monopólio compra reservas, tomar dívida externa e outras dívidas internas. E o conceito de **DÍVIDA LÍQUIDA** (de ativos financeiros)

Financiamento do déficit

-Juros recebidos
s/At

BC (+ BNDES etc.)

Ativo

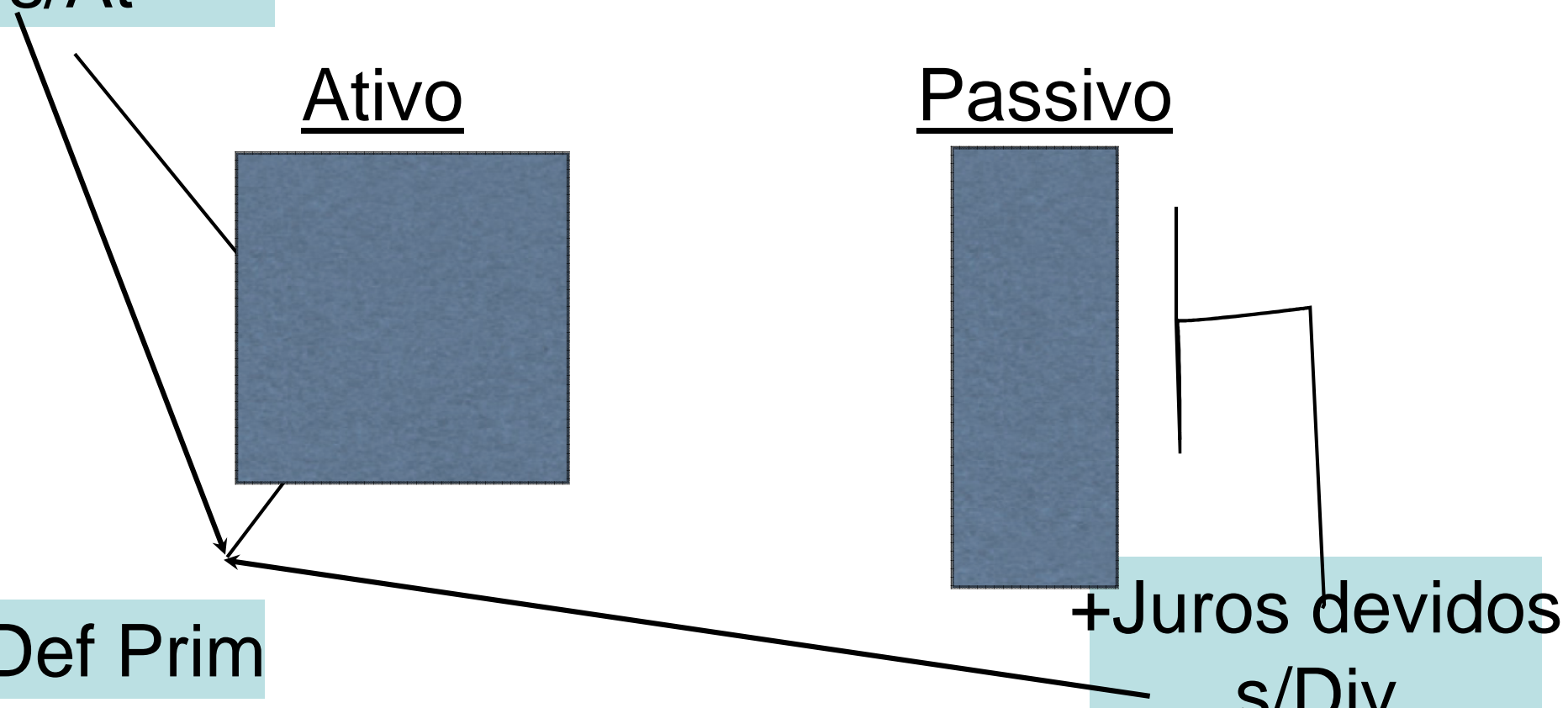


Passivo



Def Prim

+Juros devidos
s/Div



Derivando uma expressão para o crescimento da dívida líquida, a fim de determinar o superávit primário de equilíbrio, ou seja, qual o sup.prim. que estabiliza a razão DL/PIB, dado o estoque inicial de DL e sob hipóteses quanto ao custo implícito da dívida e a taxa de crescimento do PIB.

$$\text{Def Nom} = \text{Def Prim} + iB = \text{Acr } \mathbf{DIVLIQ} = \text{Acr } B + \text{Acr } M$$

Dividindo por $Y = \text{PIB}$:

$$\text{Def Nom}/Y = \text{Def Prim}/Y + iB/Y = (\text{Acr } B)/Y + (\text{Acr } M)/Y$$

(minúsculas--> div.por Y)

Mas:

$$\text{Acr } (B/Y) = [(\text{Acr } B)Y - B(\text{Acr } Y)]/YY$$

$$\text{Acr } (B/Y) = (\text{Acr } B)/Y - B/Y(\text{Acr } Y)/Y$$

$$\text{Acr } b = (\text{Acr } B)/Y - gb---$$

Por analogia: $(Acr M)/Y = Acr m + gm$
(***)

(**) e (***) em (*)...

$$d + i.b = Acr b + g.b + Acr m + g.m$$

$$\implies Acr b = d + (i - g).b - g.m - Acr m$$

onde $b = B/Y$, $d = def\ prim/Y$, $i =$ custo implícito da dívida líquida, $g = tx.cresc.PIB$, $m = M/Y$

Mas:

$$g^* = g - p$$

$$i^* = i - p$$

Substituindo acima:

$$\Delta b = d + (i^* - g^*).b - g^*.m - p.m - \Delta m$$

Aumento
Div/PIB

déficit
primário

Tx.juros
Real

Tx.cresc.
Real PIB

Rec.
Seignorage

Imposto
Inflacionário

g^* = taxa de crescimento real do PIB

p = inflação

i^* = taxa de juros real

Variável-chave para o controle da
dívida pública no curto prazo

Supondo $\Delta m=0$, qual o **superávit primário** que estabiliza a razão dívida/PIB?

$$-d = (i^* - g^*).b - g^*.m - p.m$$

Desprezando os dois últimos termos:

$$-d = (i^* - g^*).b$$

Para $i^* = 11\%$ e $g^* = 2,65\%$,
Então, se $b=50\% \Rightarrow d=4,2\%$

(Suponha que o governo baixasse a meta de sup. prim. para 3,75% do PIB. Qual o custo real implícito da DIV LIQ total. requerido para estabilizar $b=50\%$ com $\Delta\text{PIB} = 3.5\%$ (4.5%) ao ano? Resp. e)

ATUALMENTE:
Superávit Primário de Equilíbrio

$$(Tx. Juros Real Impl. - \Delta PIB) * DL (t-1)$$

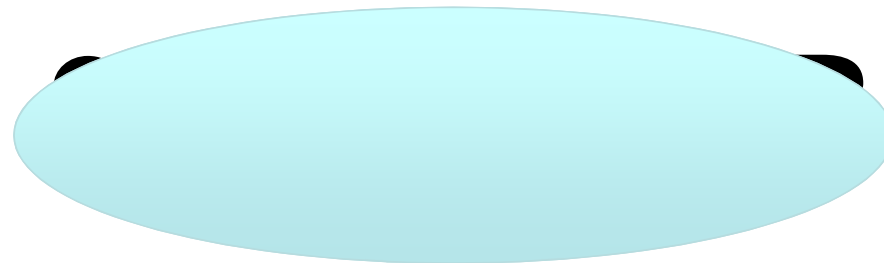
10

-

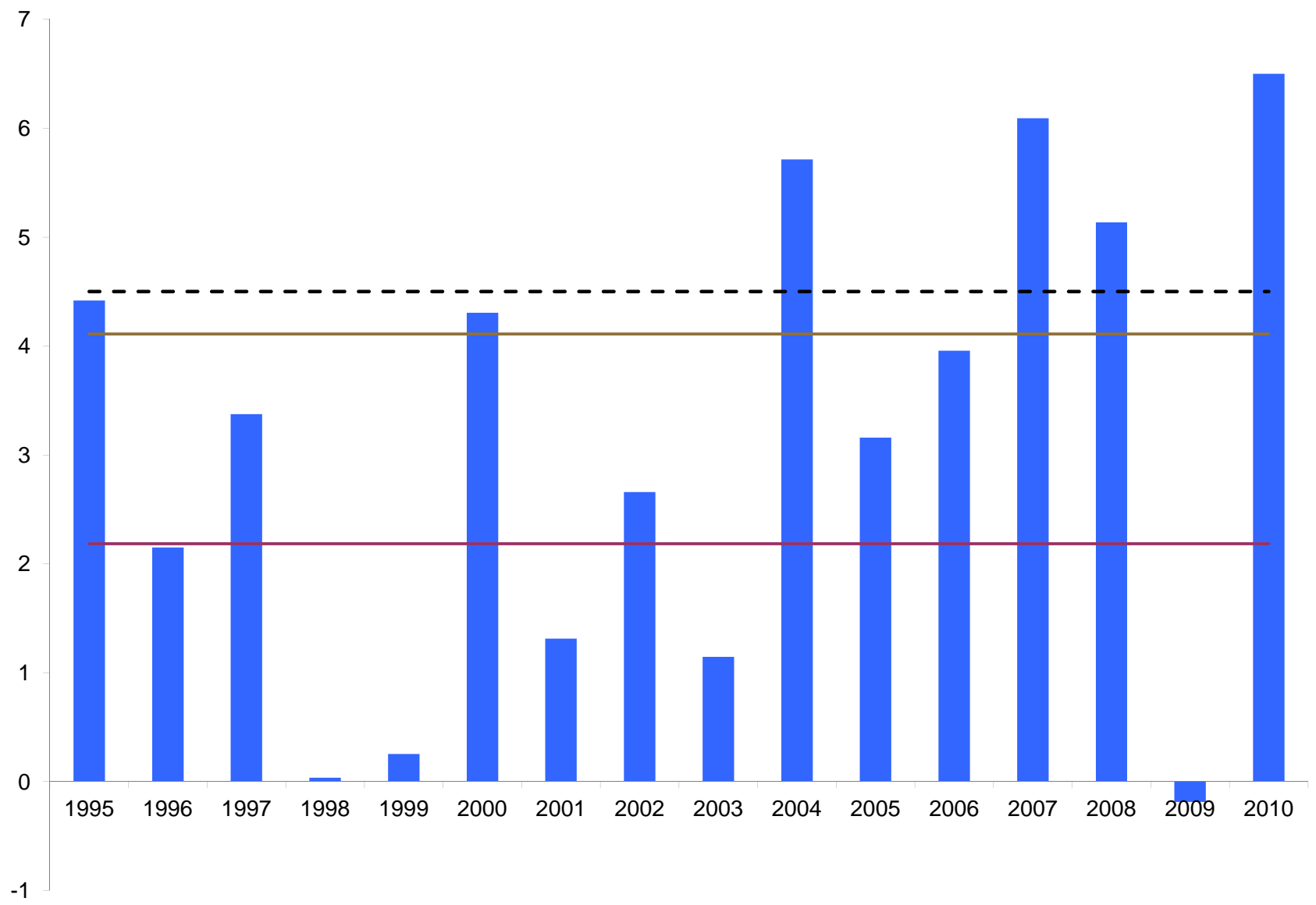
4,5

*

40



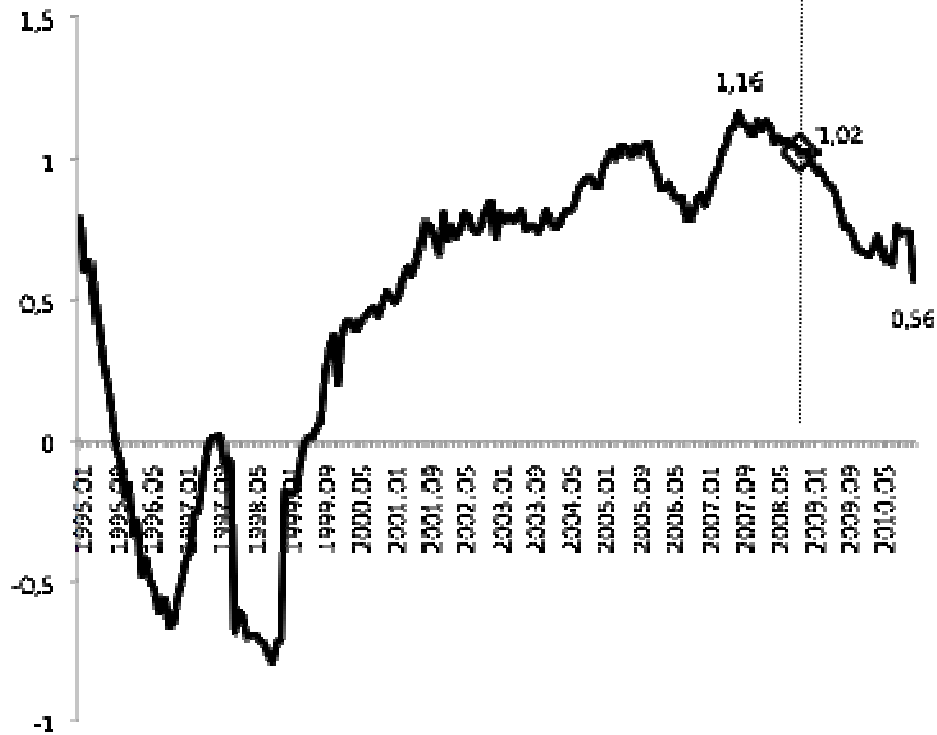
SAINDO DO “NÓ FISCAL” DE 2003



■ Tx.Cr.PIB
 — Média 95-03
 — Média 2004-10
 - - PIB Potencial

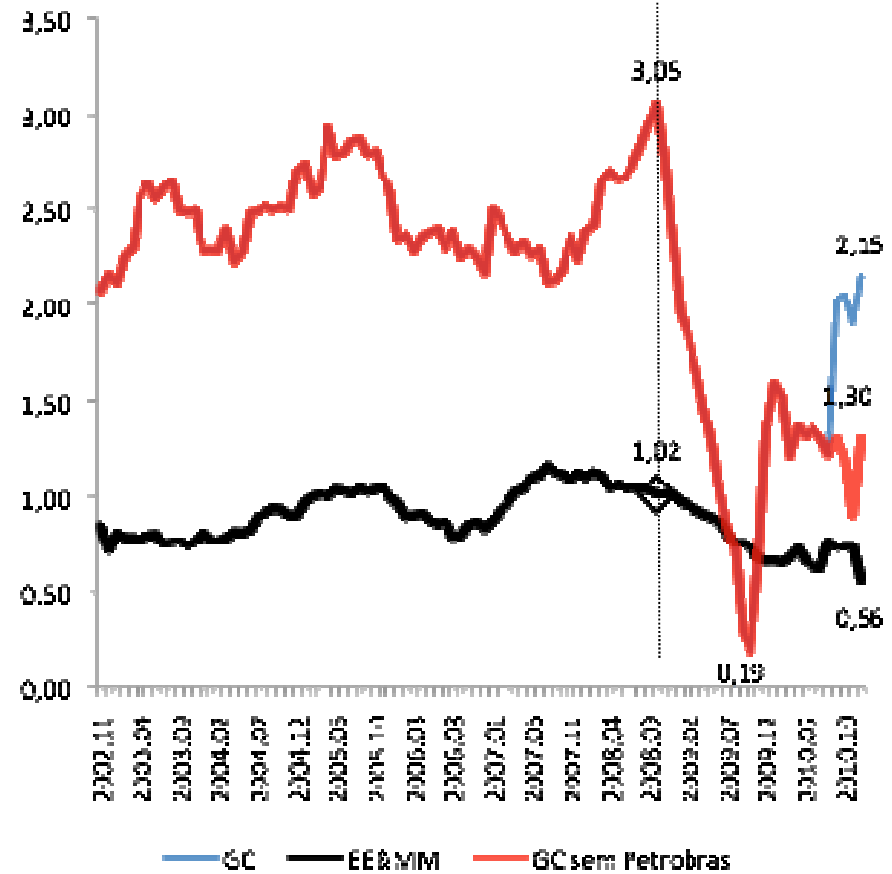
Ajuste fiscal

Superávit primário dos EE & MM (últ. 12 m, em % do PIB)



1995.01 a 2010.12

Sup.prim.do GC e EE&MM (últ.12 m, em % do PIB)

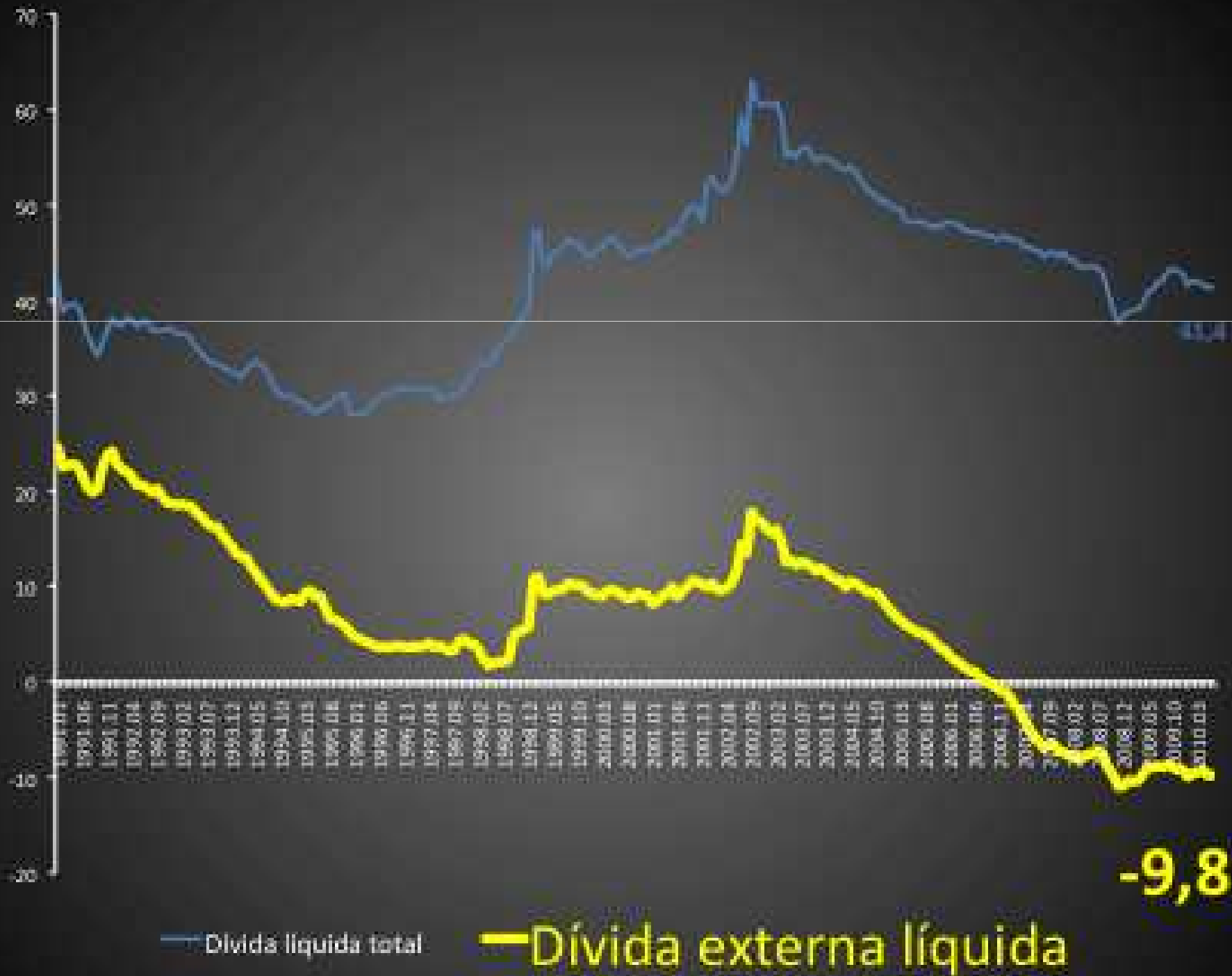


2002.11 a 2010.12



Reservas internacionais - liquidez internacional - US\$(milhões) [12/70 a 07/10]

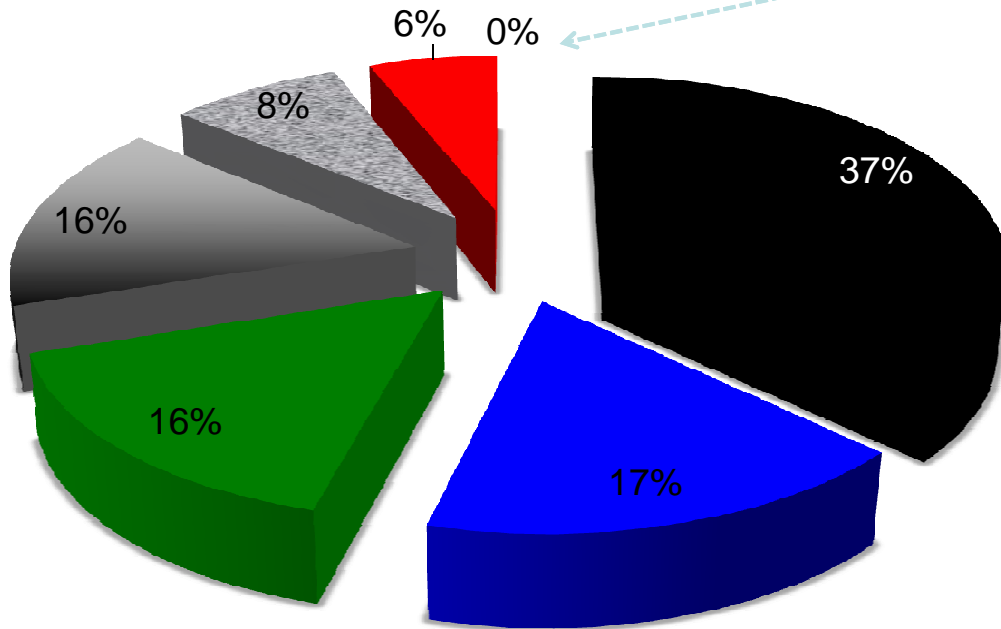




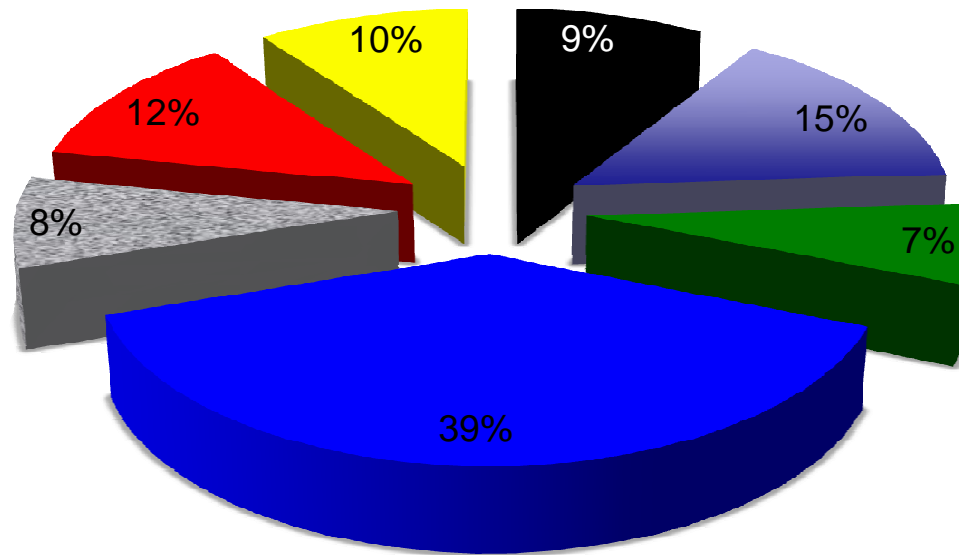
“MODELO” DE CRESCIMENTO DO GASTO CORRENTE

1987

Assist.Social



2010



- Outras Correntes
- Pessoal ativo
- Investimento
- INSS
- Saúde
- Inat.& Pension.
- Assist.Social

Velhos subsídios

50 milhões

50% do gasto da União

**Só 11% dos gastos
cobertos por
contribuições**

DNF

\$657

TRANSF

321

(48,8%)

PESSOAL

167

(25,3%)

SAÚDE

51

(7,7%)

INVESTIMENTO

44

(6,8%)

EDUCAÇÃO

20

(3,1%)

Demais

54

(8,3%)

Manutenção: 9 (1,4%)

Outras rígidas: 22 (3,3%)

Demais: 23 (3,6%)

(74,1%)

TRANSF

\$321

47,1

 2008
mi. pessoas

(48,8%)

INSS > 1 SM

149

7,3

(22,7%)

INSS = 1 SM

106

16,3

(16,1%)

SEGDES

30

7,6

(4,5%)

LOAS/RMV

22

3,5

(3,4%)

BF

14

12,4

(2,1%)

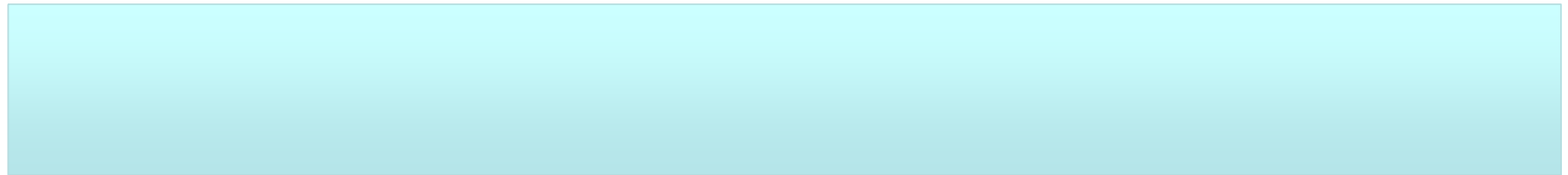
27,4

(16,1+2,1% do gasto = 18,2% do total correspondiam a 3,1% do total em 1987)

ESTRUTURA DO GASTO DO INSS (em % do total)

41,4

1 SM




29,8

RISCO

etc.

Estrutura do gasto do INSS (em % do total)

41,4	= 1 SM
58,6	> 1 SM
28,8	ATC
29,8	Risco etc.
4,8	Idade
6,4	Invalidez
12,2	Pensões
6,3	Demais



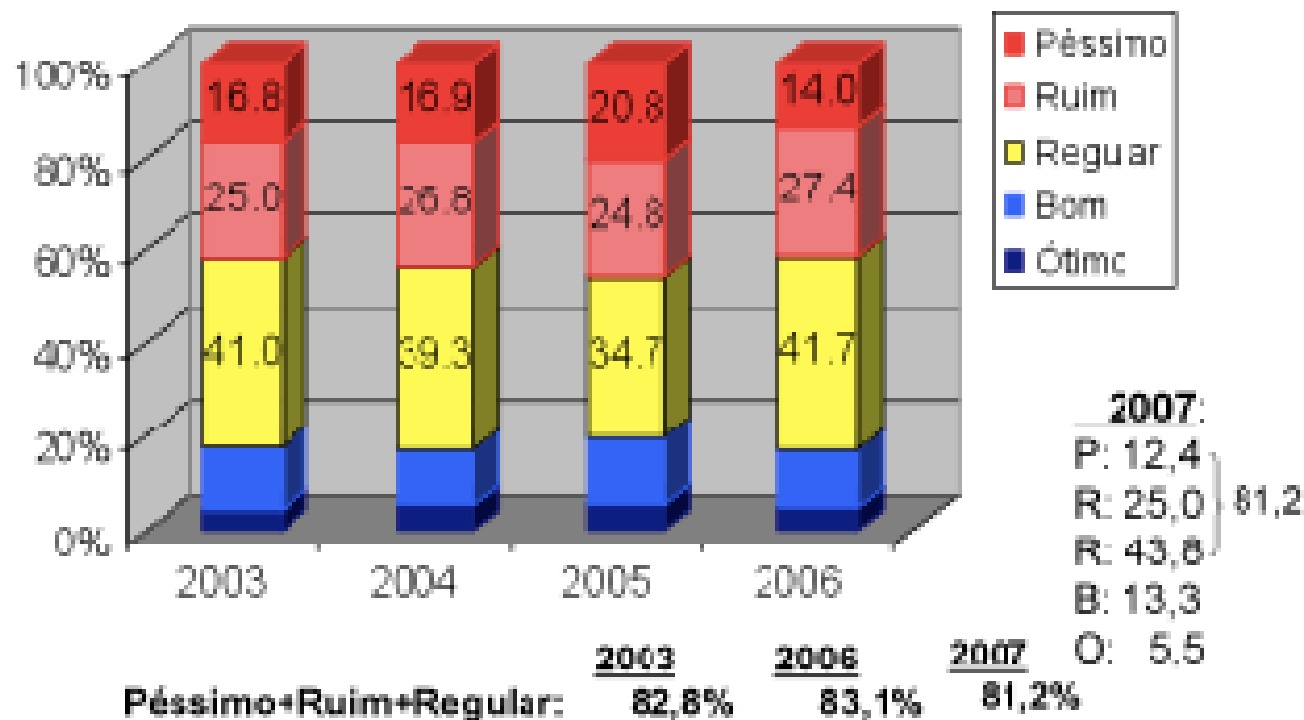
(Elevada participação de subsídios a pessoas)

O “resumo da ópera” é que os investimentos da União em Transportes caíram fortemente dos anos setenta até o início dos anos noventa, e têm oscilado desde então em torno de 0,2% do PIB, marca essa que representa apenas algo ao redor de 1/10 dos níveis observados nos anos setenta.

Como fica claro no gráfico abaixo, o estado das rodovias sob gestão estatal se deteriorou fortemente nos últimos trinta anos, e desde 2003 cerca de 80% dessas estradas tem sido classificado como Deficiente, Ruim e Péssimo.

Resultado:

Estado das rodovias brasileiras (gestão estatal) em% do total

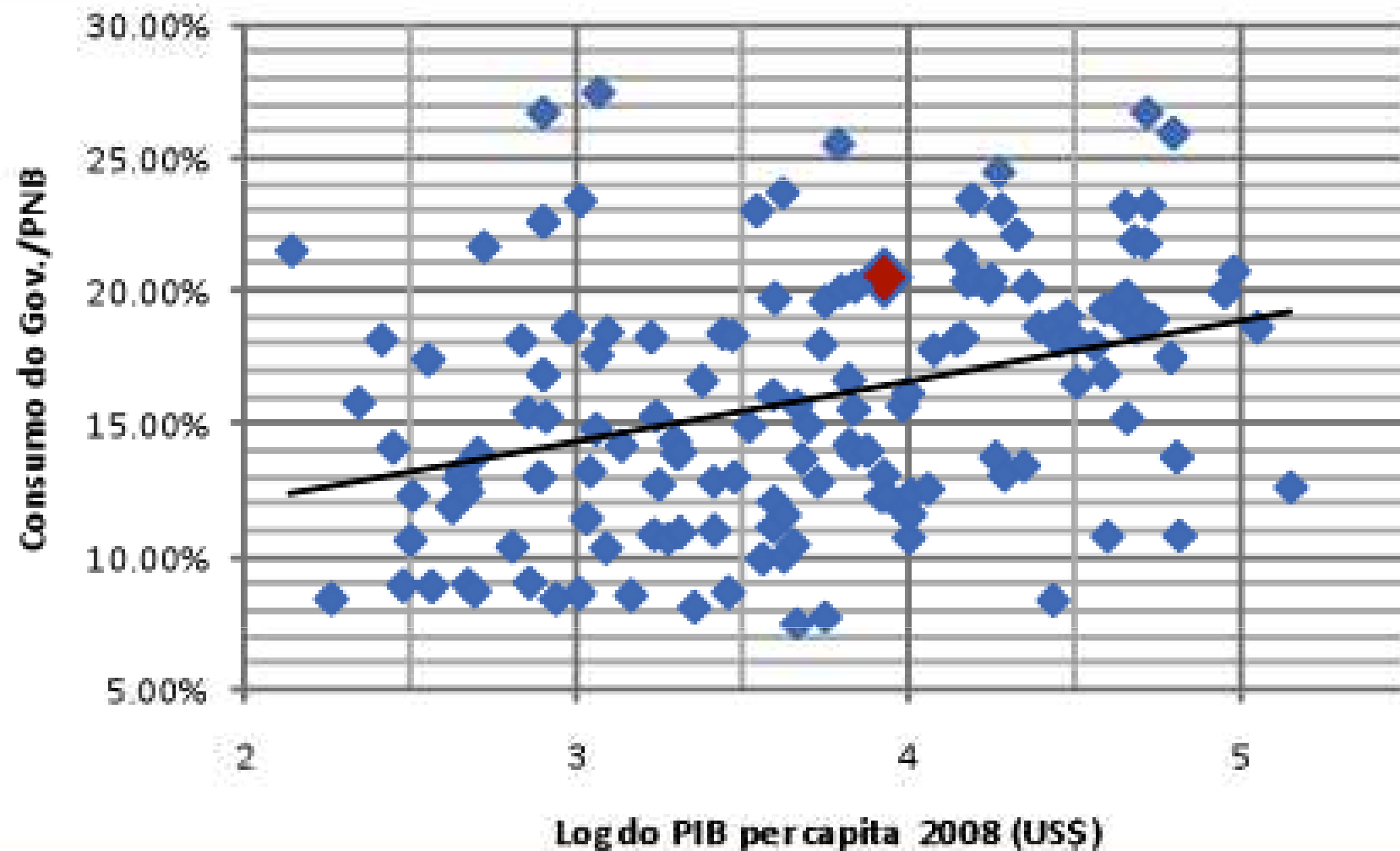




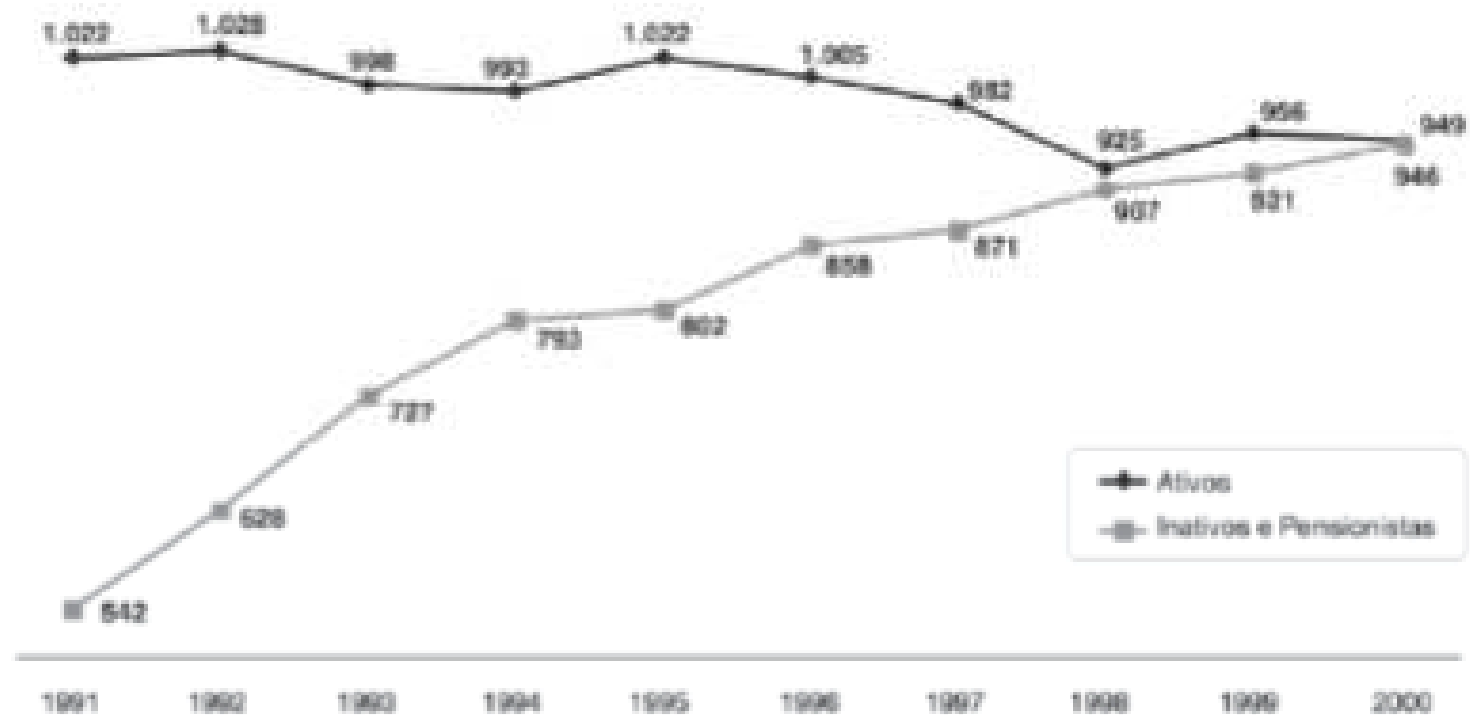
Invest. federal em transportes



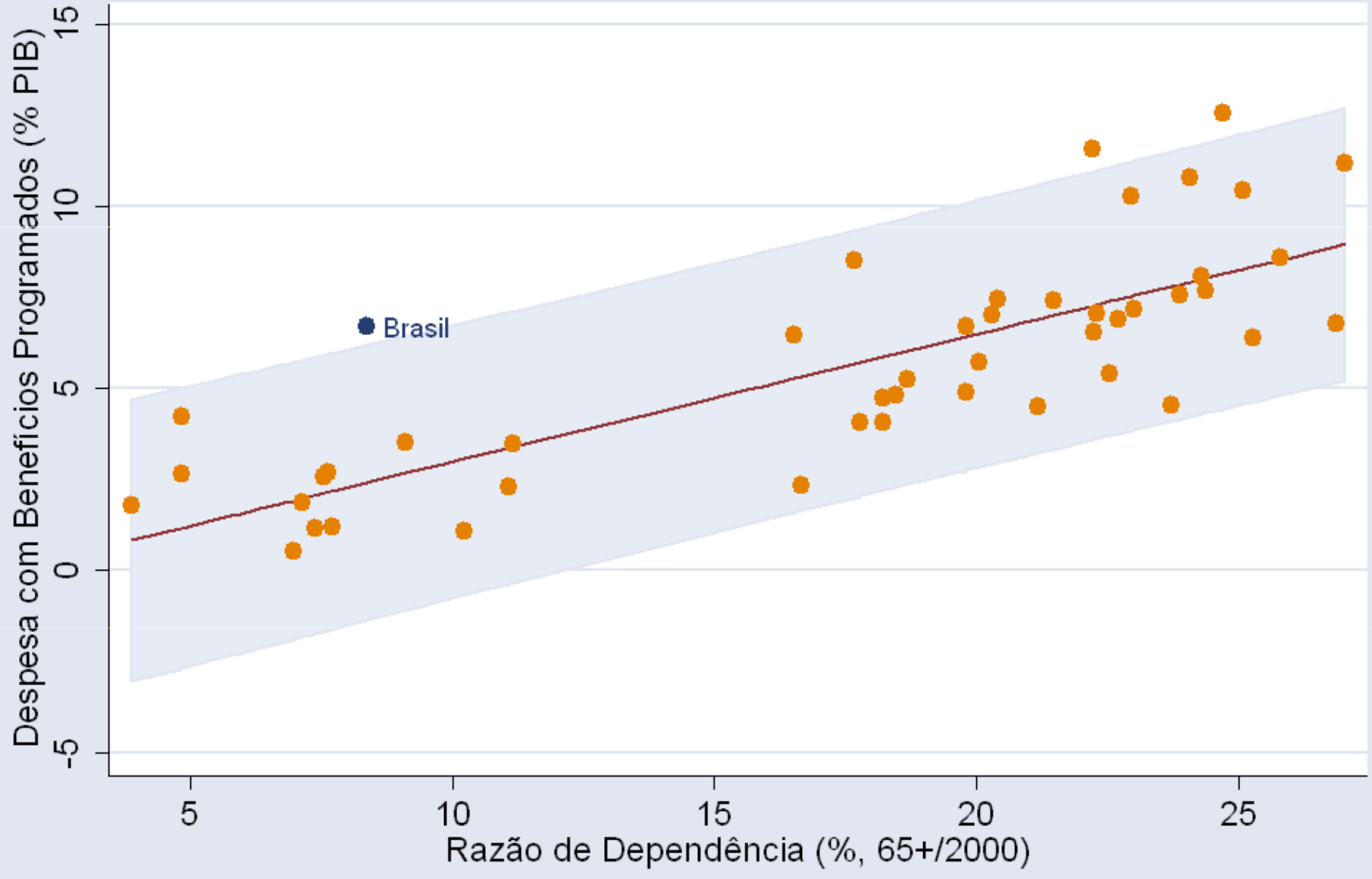
Consumo do governo em % da Renda Nacional Bruta (média para o período 1996-2008) e PIB per capita de 2008 ("Proxy" para pessoal)



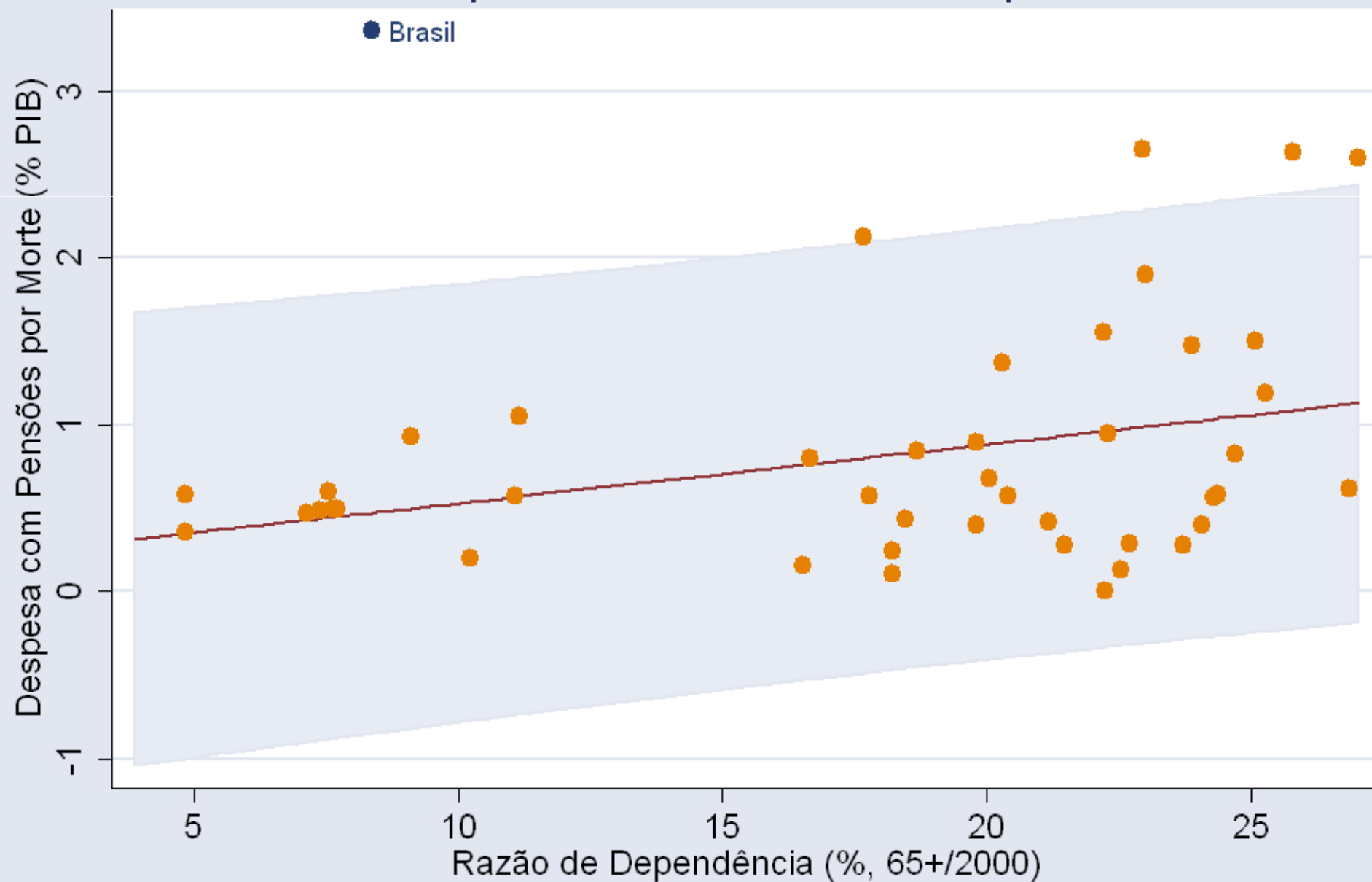
Quantidade de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da União (1991 a 2000). Em milhares de pessoas.



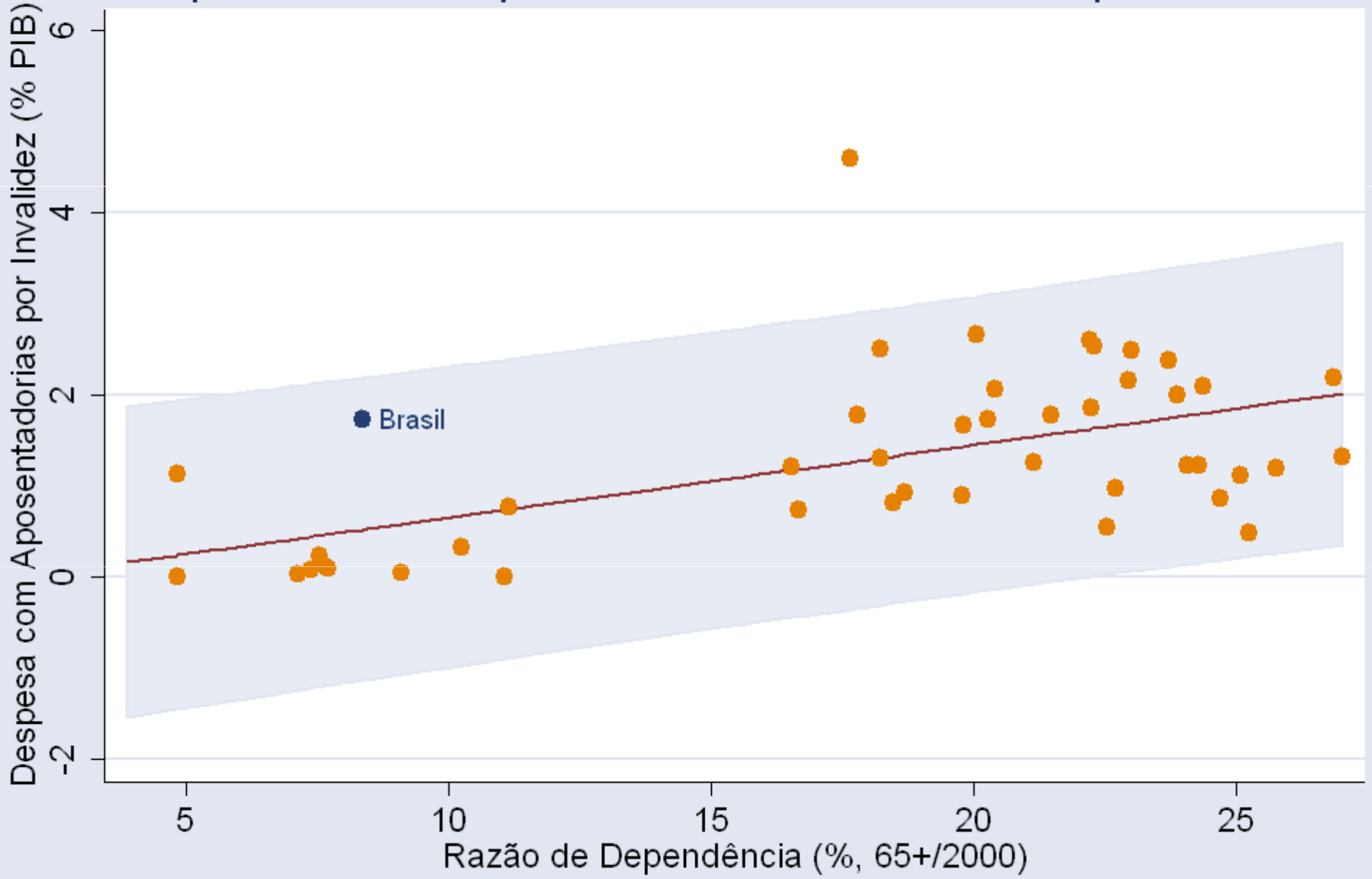
Benefícios Programados e Razão de Dependência



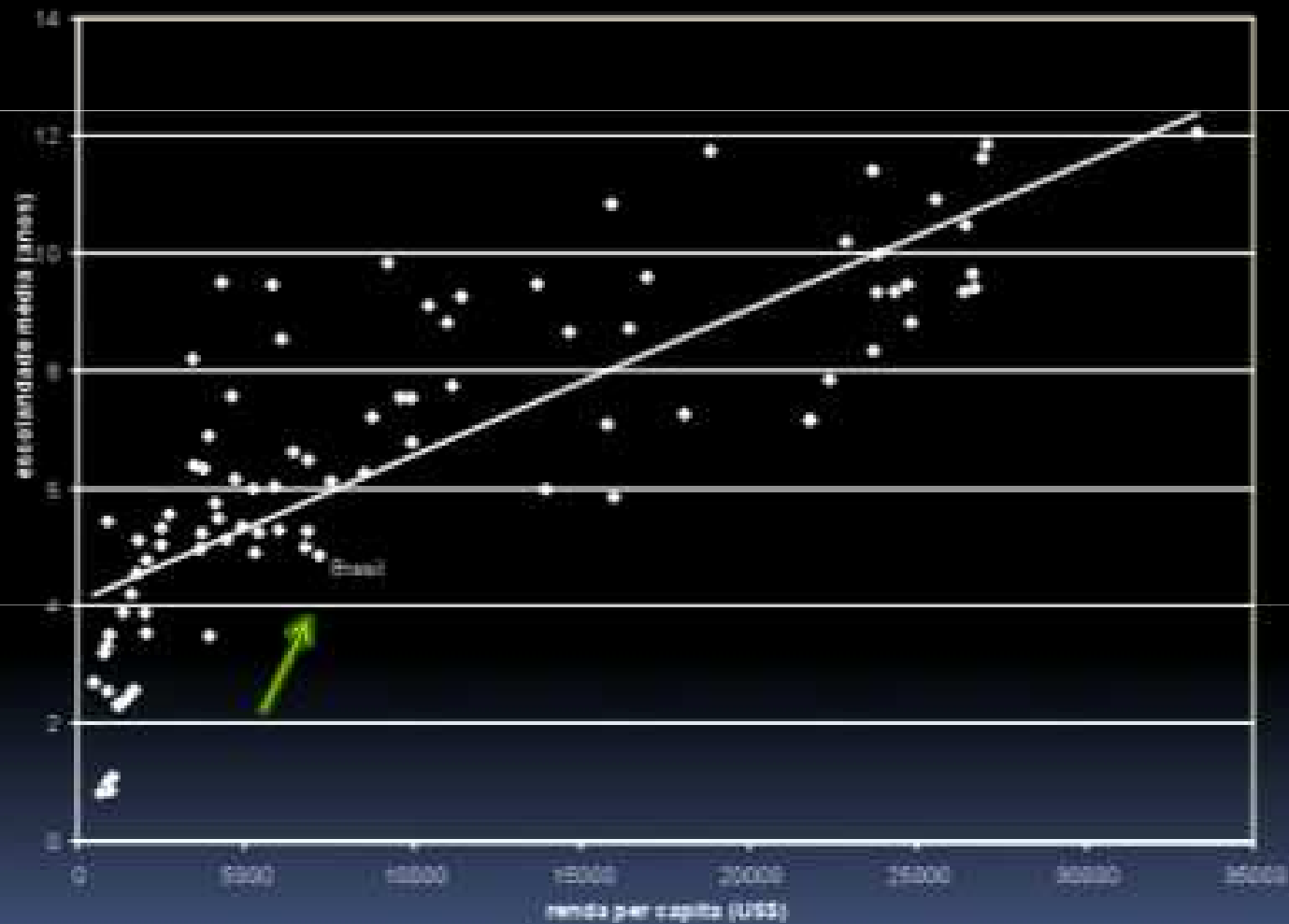
Pensões por Morte e Razão de Dependência



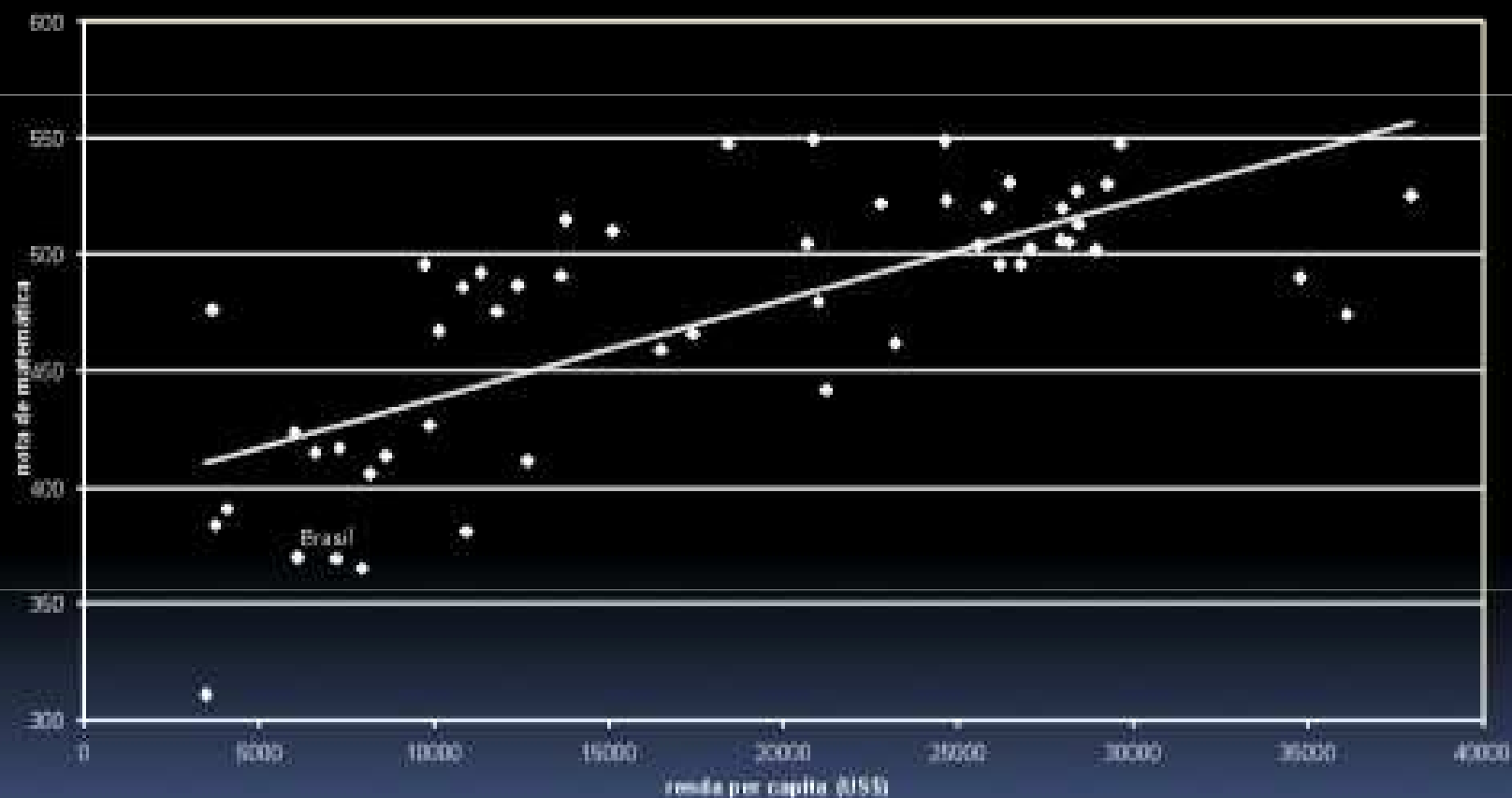
Aposentadorias por Invalidez e Razão de Dependência



Relação entre a Escolaridade Média e a Renda per Capita, 2000



Relação entre a Nota de Matemática no PISA e a Renda per Capita, 2006



Gasto Público em Educação por Aluno como Fração da Renda per Capita, 2005.

[em %]

Países	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Gasto Total/PIB
Brasil	15,4	11,4	95,0	4,4
África do Sul	14,3	17,6	50,1	5,3
Argentina	11,3	15,7	11,8	3,8
Chile	12,0	13,2	11,6	3,4
Colômbia	19,2	18,0	24,2	4,8
Coreia do Sul	18,8	23,4	9,3	4,4
Espanha	19,1	23,4	22,8	4,2
Estados Unidos	20,7	23,1	23,4	5,3
França	17,4	27,0	33,3	5,7
Índia	8,9	16,7	57,8	3,2
Irlanda	14,7	21,8	24,8	4,8
Japão	22,2	22,4	19,2	3,5
México	15,2	16,4	41,8	5,5
Portugal	23,2	24,7	27,1	5,4
Reino Unido	18,9	20,3	32,3	5,5
Uruguai	8,7	10,3	18,5	2,8

Eficiência do Gasto Público em Educação no Brasil

- Em resumo, existem dois problemas fundamentais no que diz respeito ao gasto público em educação no Brasil:
 - 1) Um elevado grau de ineficiência, já que países com o mesmo nível de gasto possuem indicadores educacionais bem melhores.
 - 2) Problema de foco, com gasto por aluno excessivamente elevado no ensino superior e relativamente baixo no ensino básico.

Eficiência Relativa das OSS

(Número de vezes por ano que o leito roda – ou muda de ocupante)

Variável de Eficiência Técnica dos Grupos: Caso (OSS) e Controle (Adm.Direta)	Média nas OSS	Média na Administração Direta	Eficiência Relativa das OSS
Relação alta total/Leito total	60	46	35%
Relação alta /Leito Cirúrgico	71	44	61,4%
Relação alta /Leito Clínica Médica	86	53	62,3%
Relação alta /Leito Obstétrico	96	58	65,5%
Relação alta / Leito Pediátrico	66	67	(1%)

Fonte: estudo do Banco Mundial.

INDICADOR	OSS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VALOR MÉDIO DA AIH NA CLÍNICA CIRÚRGICA	11,58	11,40

(AIH: "moeda" do SUS → definida em função de um conjunto de procedimentos)

[Conclusão: com mesmo padrão de custo-paciente (valor da AIH), OSS mais eficientes que Adm.Direta (ou filantrópicas ou mesmo alguns privados), ou têm maior produção do serviço médico]

Estimativa de ganho em eficiência

- Considerando R\$ 20 bilhões em gastos ambulatoriais e hospitalares passíveis substituição da Administração Direta dos Estados por OSS – a exemplo do que tem feito SP:
- Um hipotético incremento de 35% na passagem para formas mais eficientes
- → Ganho de R\$ 7 bilhões anuais, apenas no âmbito dos recursos federais

Velhos subsídios

50 milhões

50% do gasto (G) da União

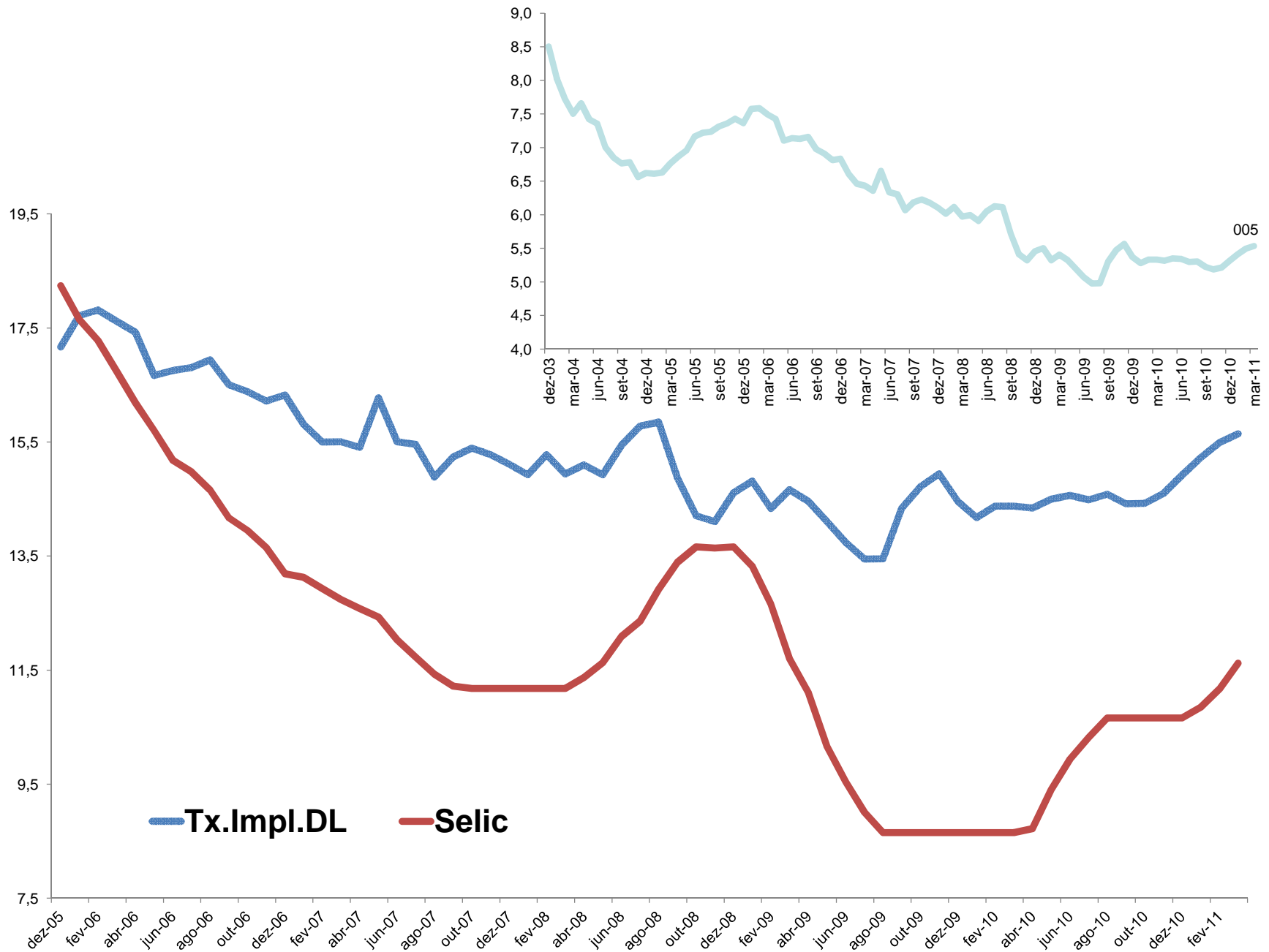
**Só 11% de G cobertos por
contribuições**

I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas³

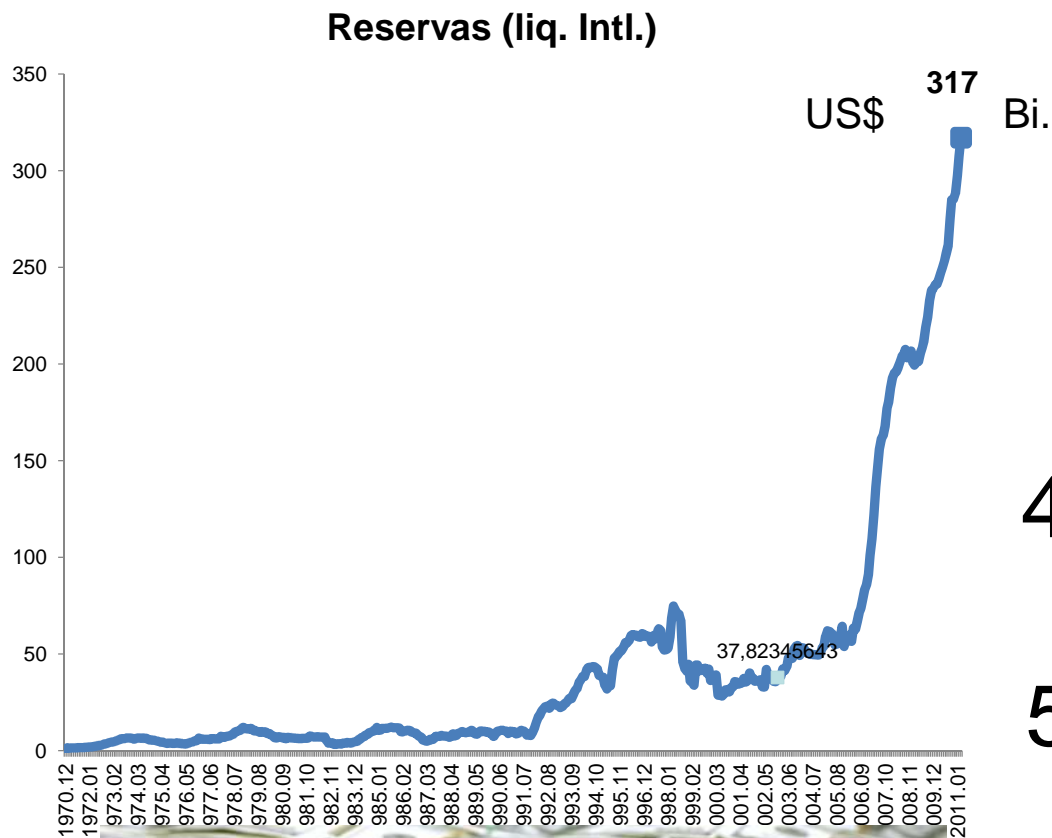
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.777,1
Equalização de custeio agropecuário	488,8
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	(0,3)
Política de preços agrícolas	2.563,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	88,7
Equalização Aquisições do Governo Federal	1.115,6
Garantia à Sustentação de Preços	1.359,0
Pronaf	55,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	323,9
Concessão de Financiamento ⁵	(268,2)
Proex	(105,0)
Equalização Empréstimo do Governo Federal	231,7
Concessão de Financiamento ⁵	(336,8)
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	458,4
Cacau	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	-
Fundo da terra/ INCRA ⁵	738,7
Funcafé	82,7
Revitaliza	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	(23,3)
Capitalização à Emgea	518,0

Novos subsídios

Juros Nominais, % PIB



Custo do carregamento das reservas internacionais



$$317 - 38 = 279$$

$$279 \times 1,63 = 455$$

$$455 \times 0,12 = \text{R\$ } 55 \text{ bi. ou}$$

$$55/3657,4 = 1,5\% \text{ do PIB}$$



10/5. **Valor:** *A última ata do Copom levantou a possibilidade de o Tesouro reduzir os aportes ao BNDES nas operações subsidiadas, no contexto do melhor controle da demanda. Esse tipo de questão já foi discutida?*

Augustin O governo já está fazendo isso. Em 2011, temos um volume de recursos previsto para o BNDES de R\$ 55 bilhões, portanto, bem inferior aos R\$ 80 bilhões de 2010 e aos R\$ 100 bilhões de 2009.

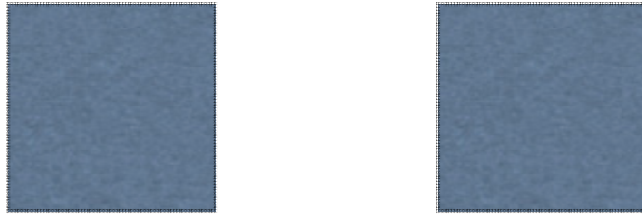
2009	R\$ 100 bi.
2010	80
2011	<u>55</u>

Total 235 bi.

$235 \times (12 - 6) = \text{R\$}$
14 bi. ou **0,4%**
do PIB.

Tendência à apreciação cambial

Desindustrialização



$$Q_{nt} = C_{nt}$$

$$C_t = Q_t + (M-X)$$

$$1) M=X = 0$$

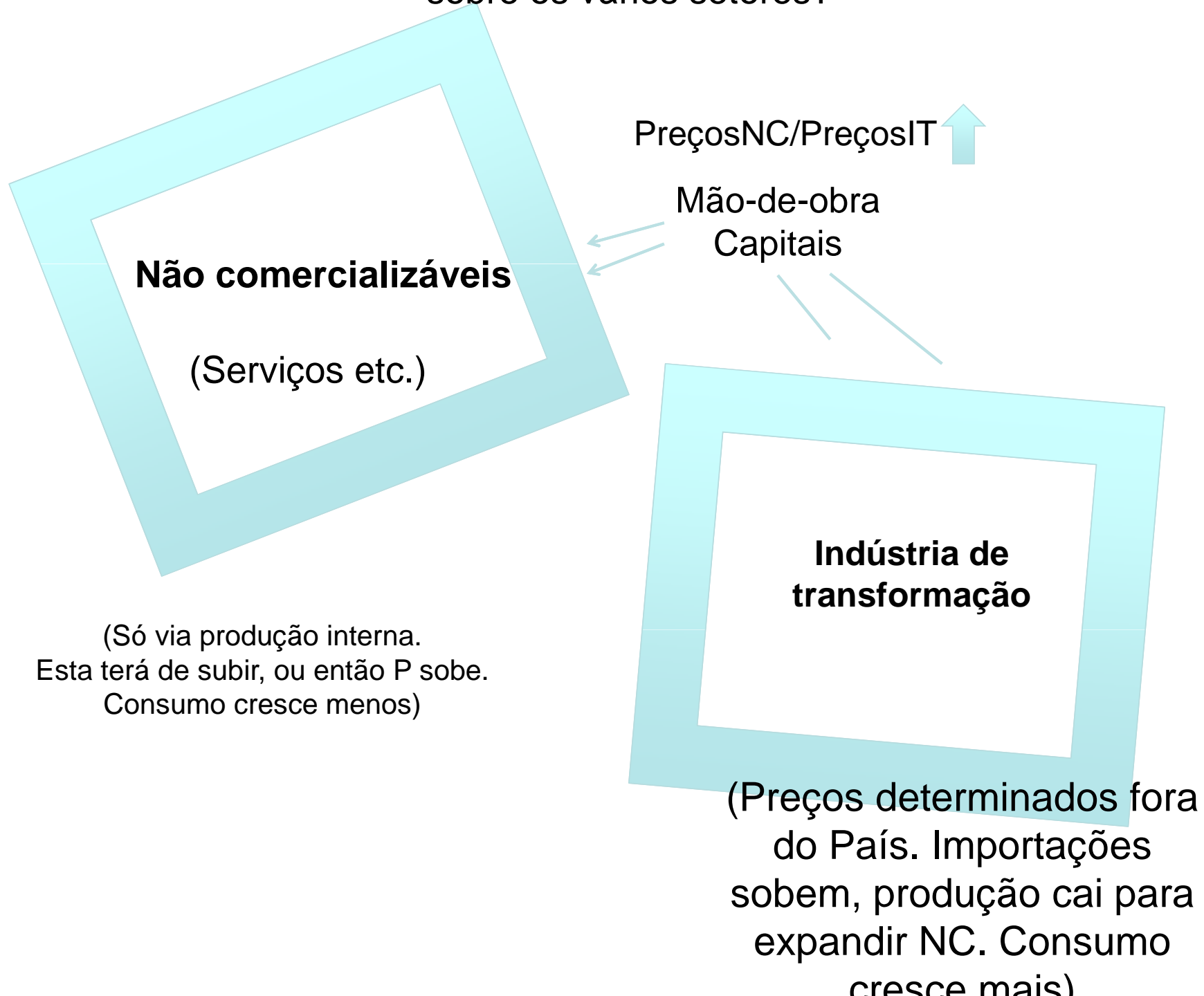
$$\text{Absorção} = C_{nt} + C_t = Q_{nt} + Q_t$$

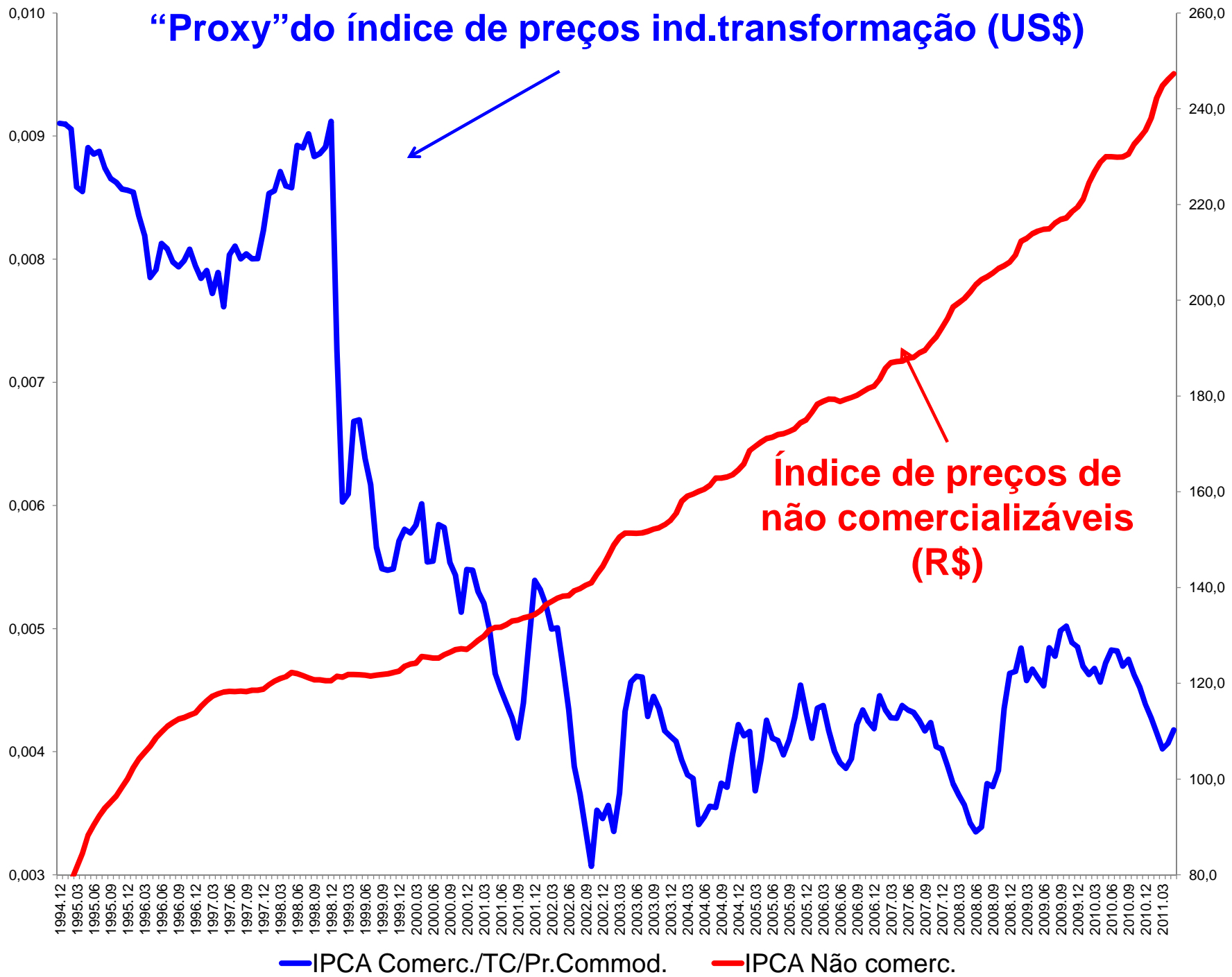
$$2) \text{ Sobe a absorção: } M-X > 0$$

$$\text{Absorção} = \overset{\uparrow}{C_{nt}} + \overset{\uparrow}{C_t} > Q_{nt} + Q_t$$

$$\text{Absorção} = \overset{\uparrow}{C_{nt}} + \overset{\uparrow}{C_t} = \overset{\uparrow}{Q_{nt}} + \overset{\downarrow}{Q_t} + (M-X)^{>0}$$

Dado o aumento de demanda agregada (gastos correntes), quais os impactos sobre os vários setores?





Dez94

Mai11

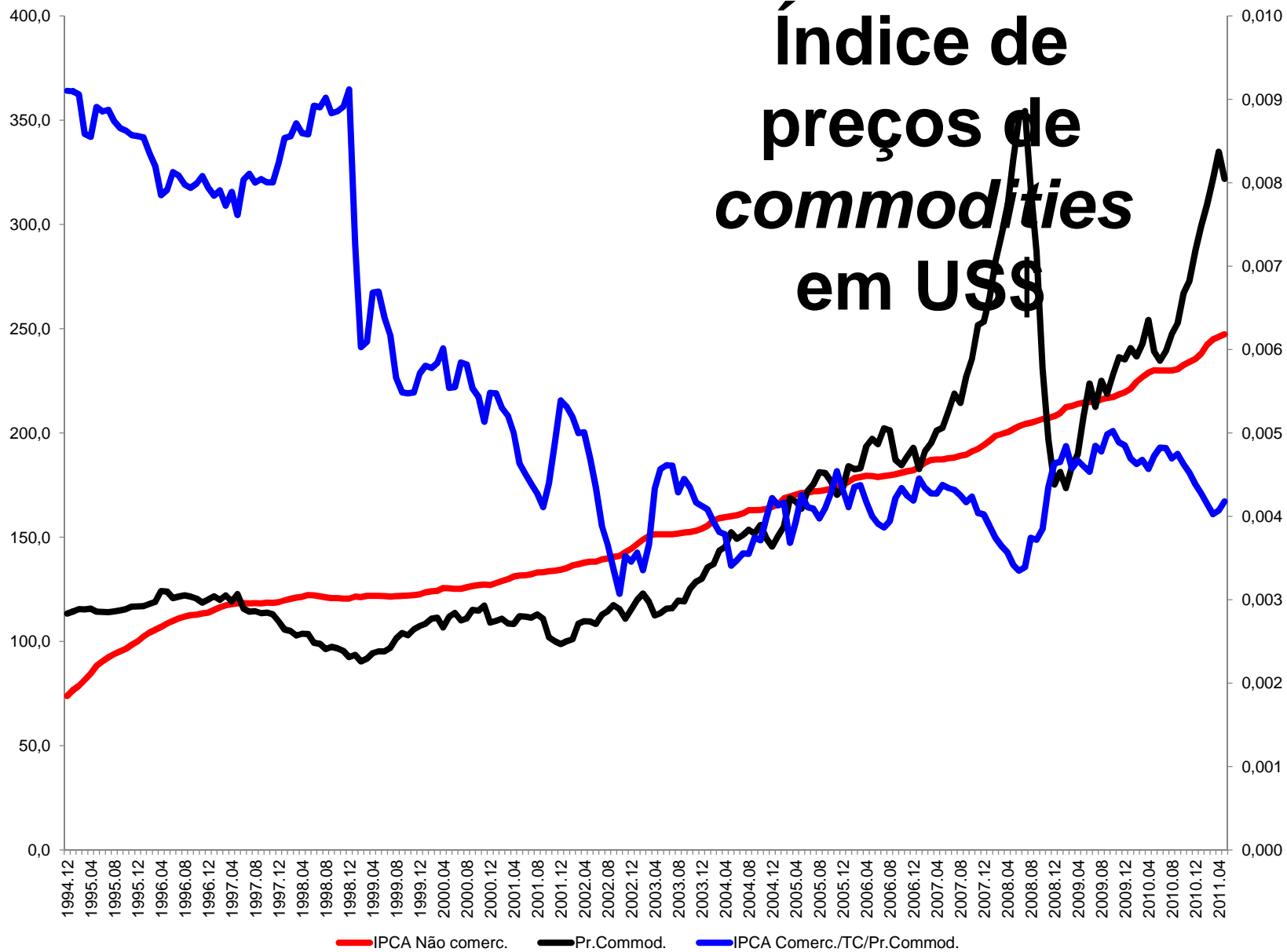
Preços determinados fora do País



PreçosNC/PreçosC+PreçosIT



Índice de preços de *commodities* em US\$

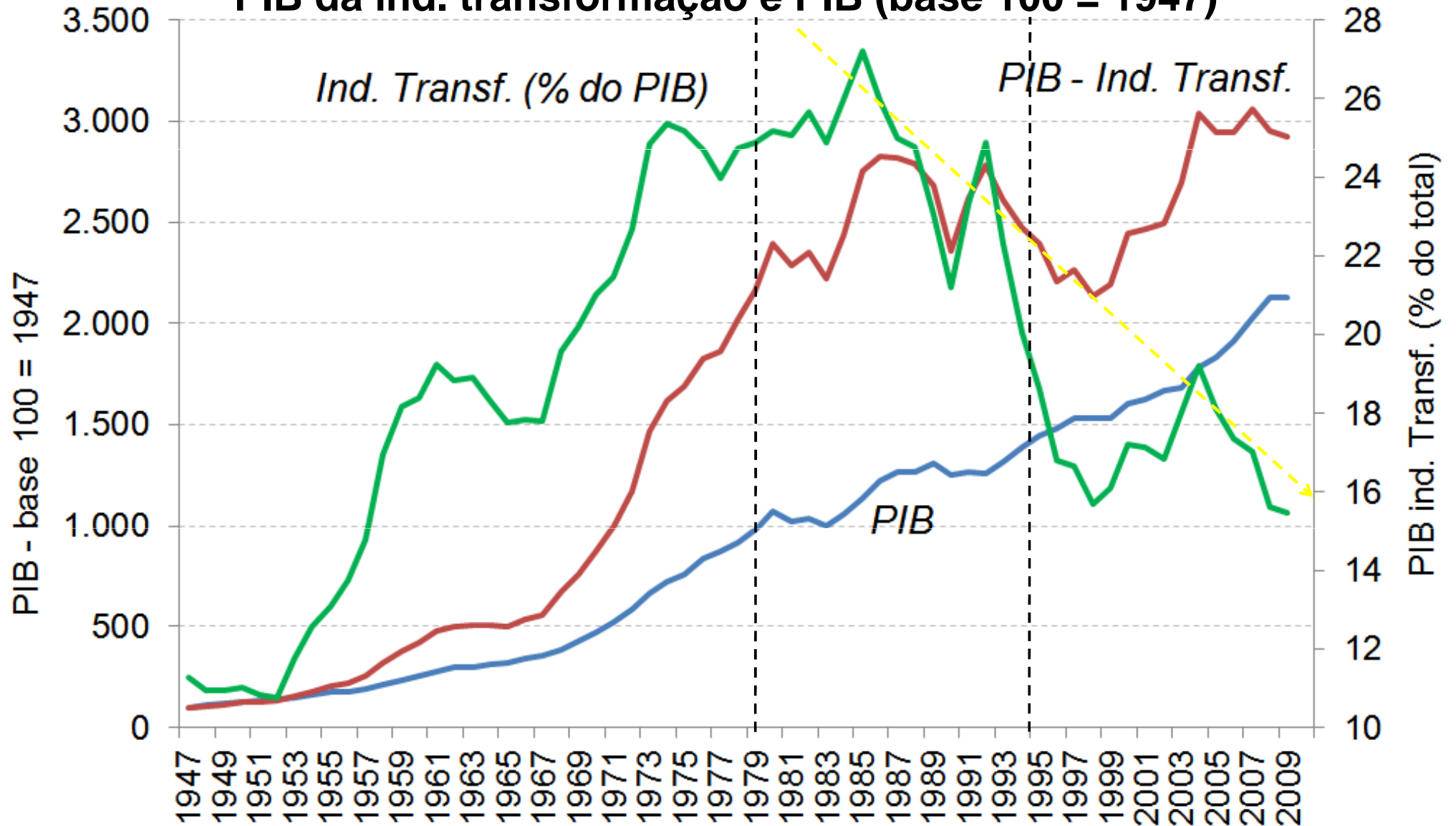


**Média:
18,2%**

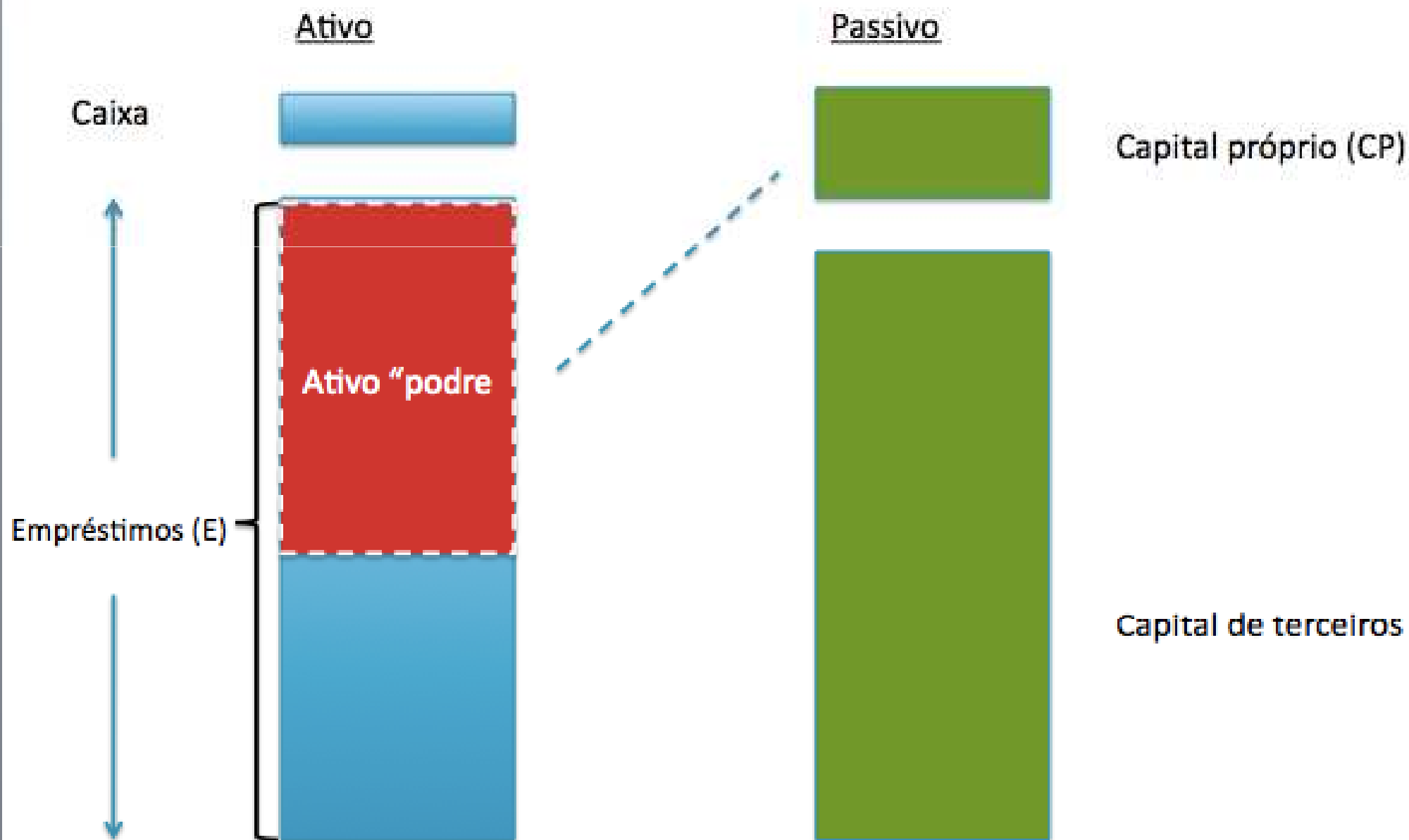
**Média:
24,3%**

**Média:
17,3%**

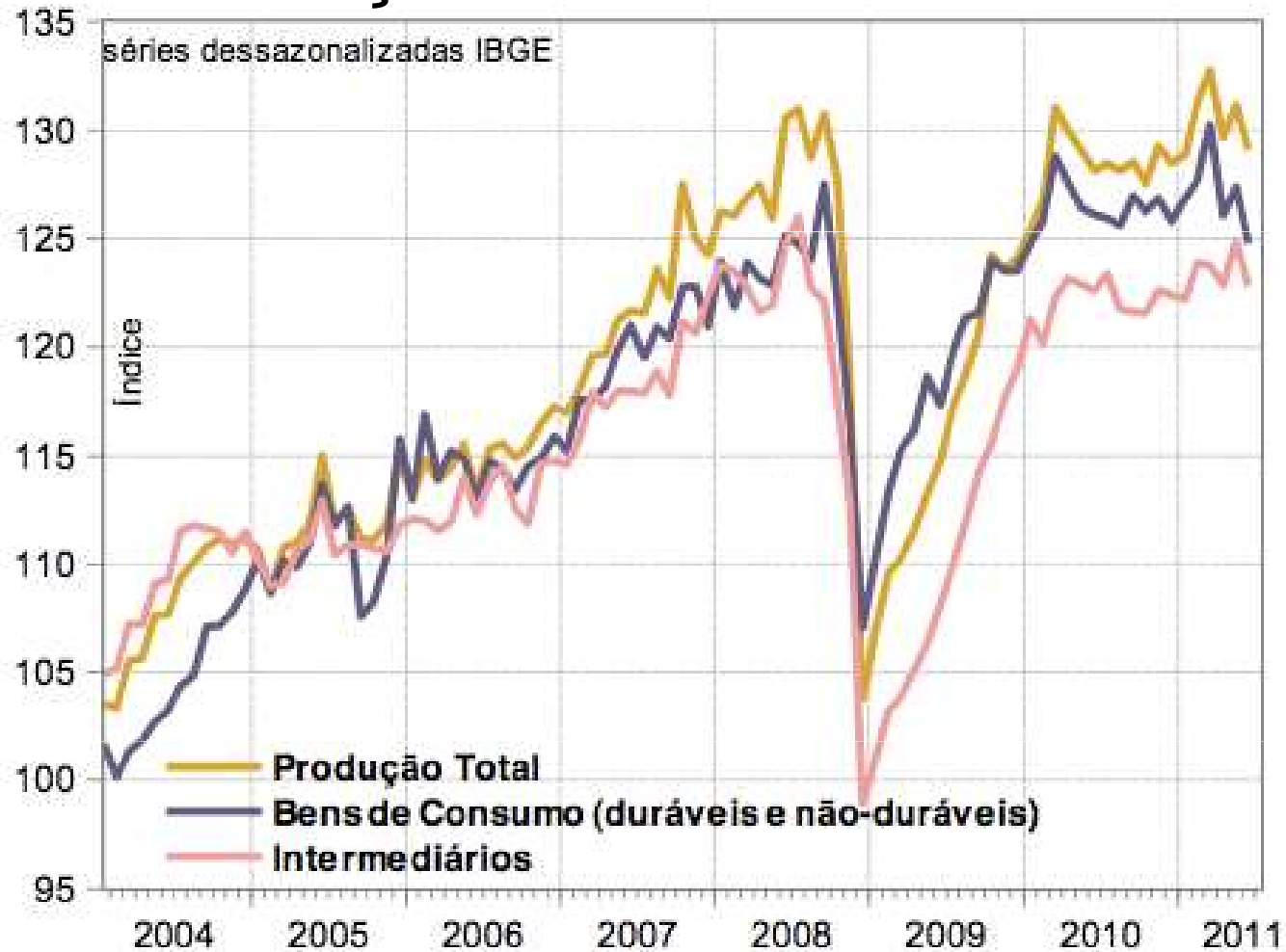
PIB da ind. transformação e PIB (base 100 = 1947)



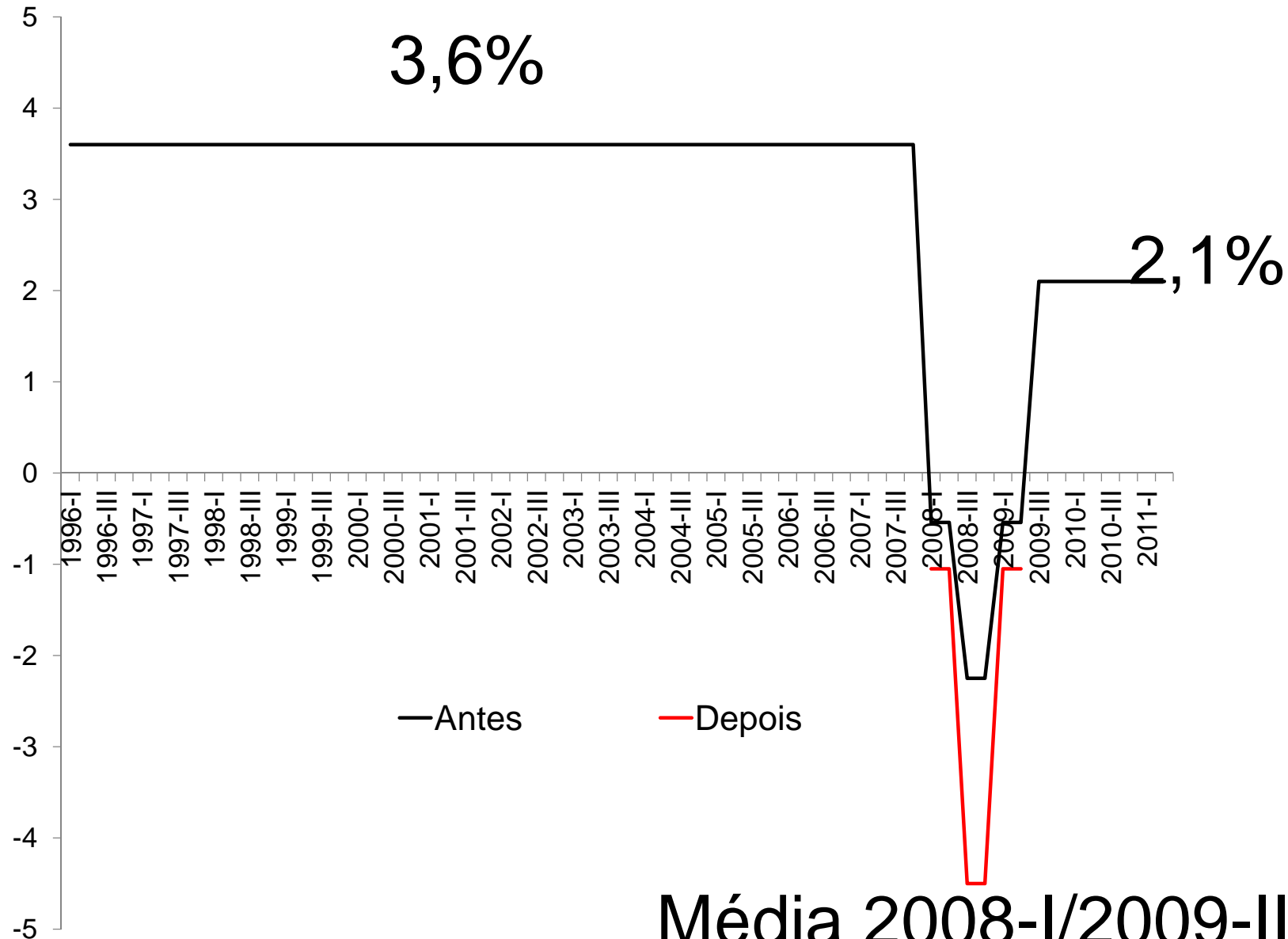
ALTA ALAVANCAGEM = alta razão E/CP nas instituições financeiras etc.



Brasil: Produção industrial



Taxa de crescimento média anualizada do consumo agregado nos EEL



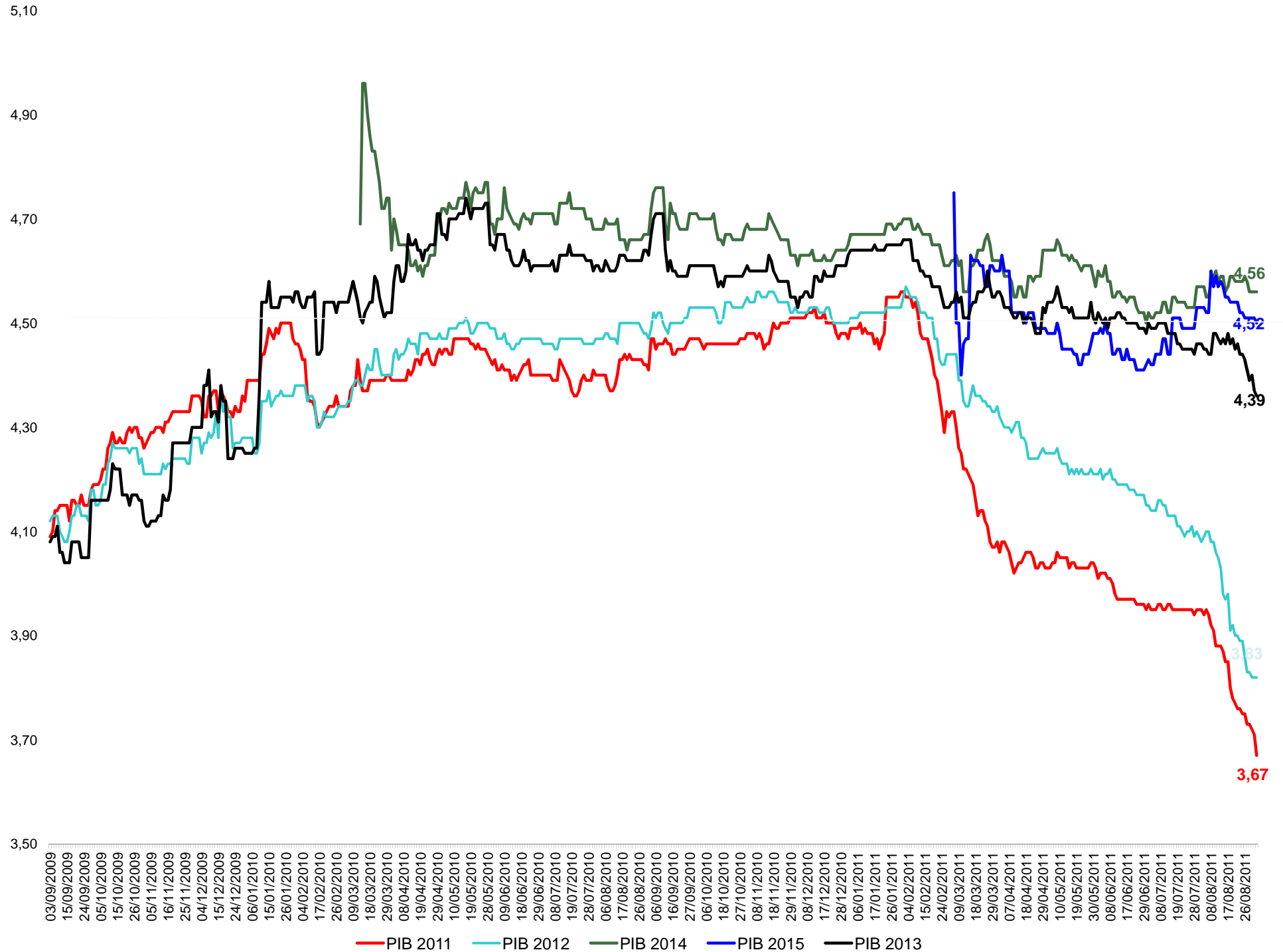
Média 2008-I/2009-II

Antes -1,1%

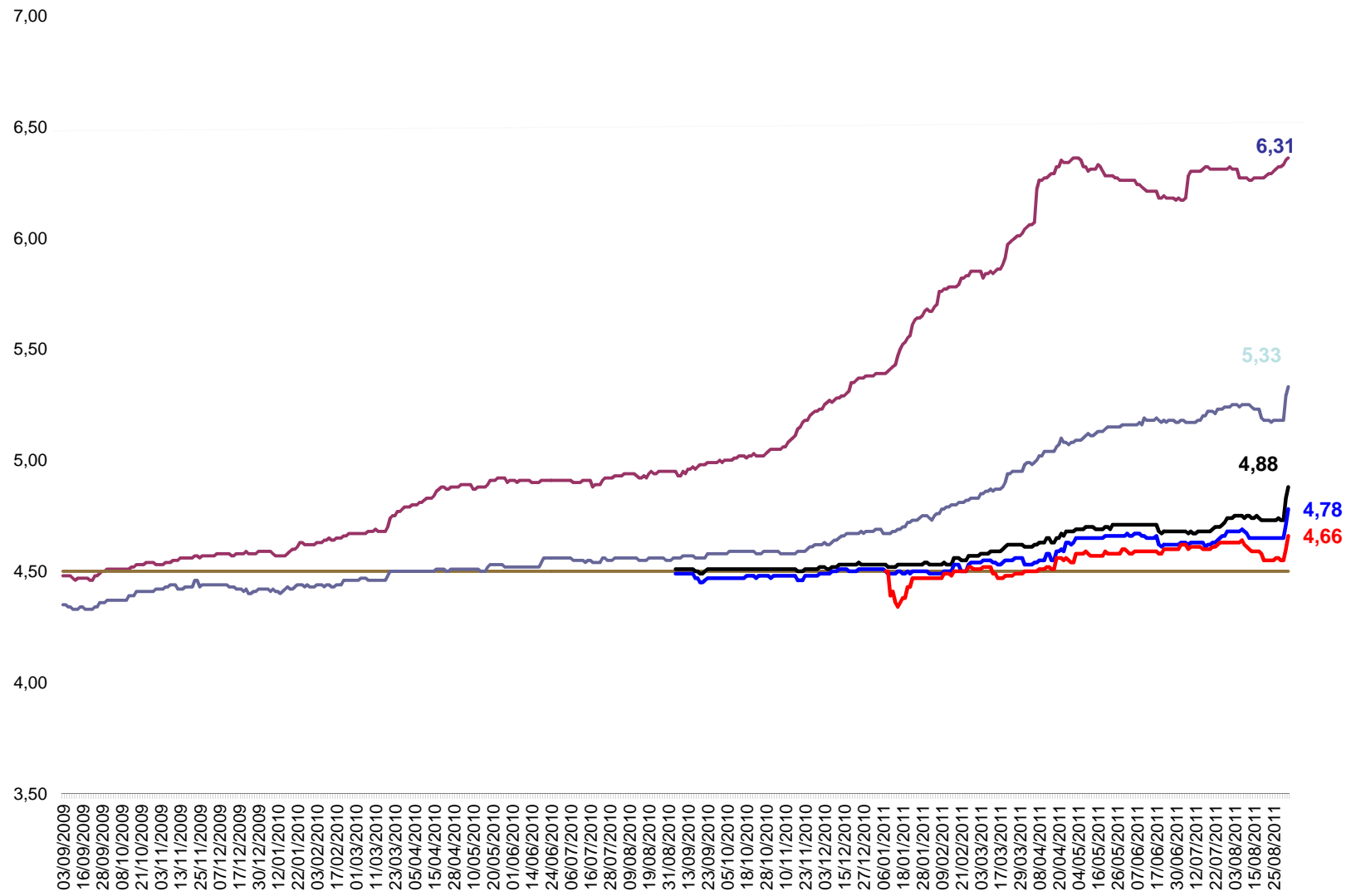
Depois -2,2%

Europa 2011: antes 1,9%, hoje 1,6%; 2012: antes 1,7%, depois 1,3% a.a.

Expectativas de mercado sobre o PIB 2011-15 (em %)



Expectativas de mercado sobre a inflação em 2011-15 (em %)



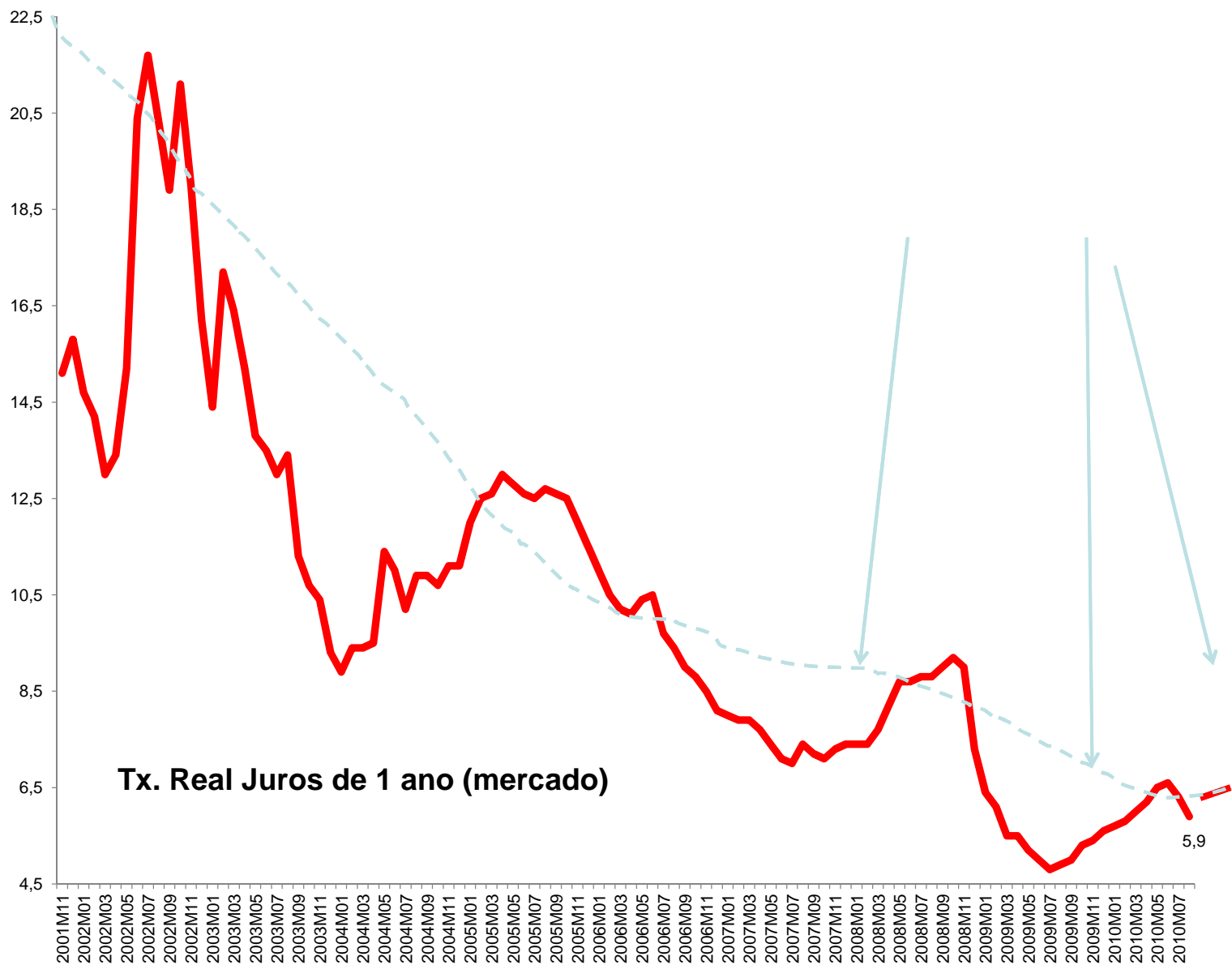
— IPCA 2011 — Meta de inflação — IPCA 2012 — IPCA 2013 — IPCA 2014 — IPCA 2015

Juros e câmbio



Jul99/mai11

Ciclos de subida da Selic por congestionamento de gastos públicos correntes e investimentos privados



Ingresso de capitais externos

Exportações **181,0 \$bi.**

IEDL **23,4**

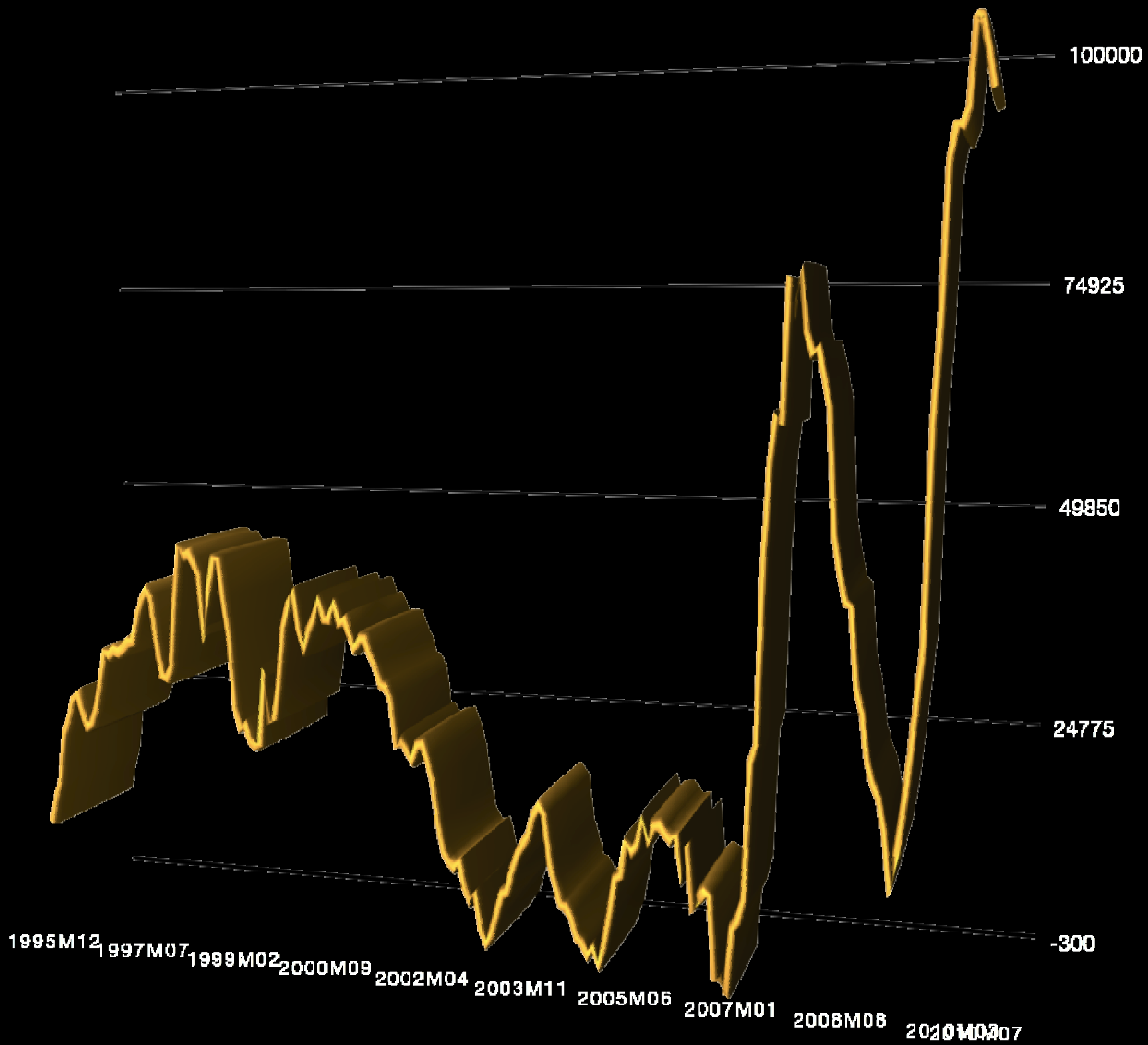
Portfolio **44,5**

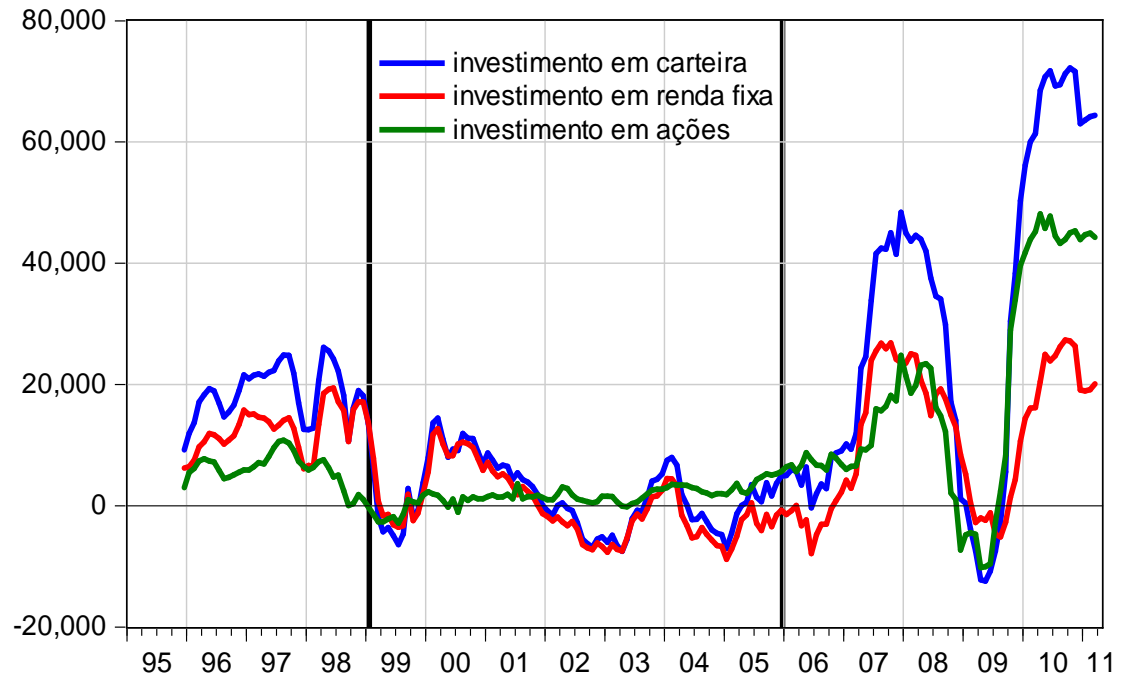
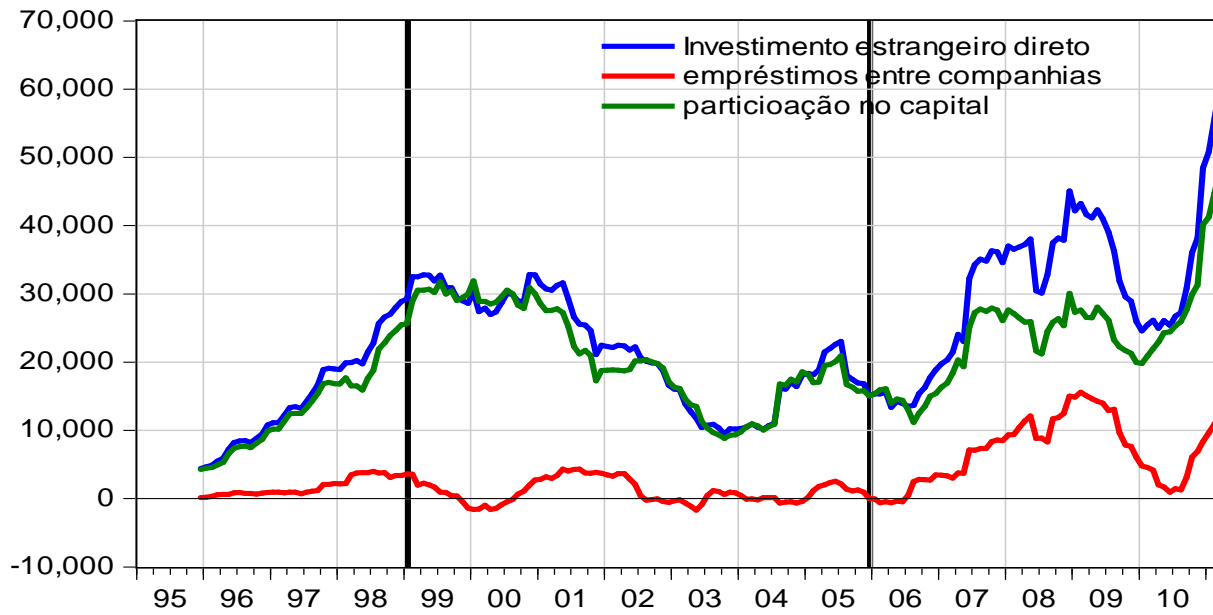
Renda Fixa **25,3**

TOTAL **93,2**

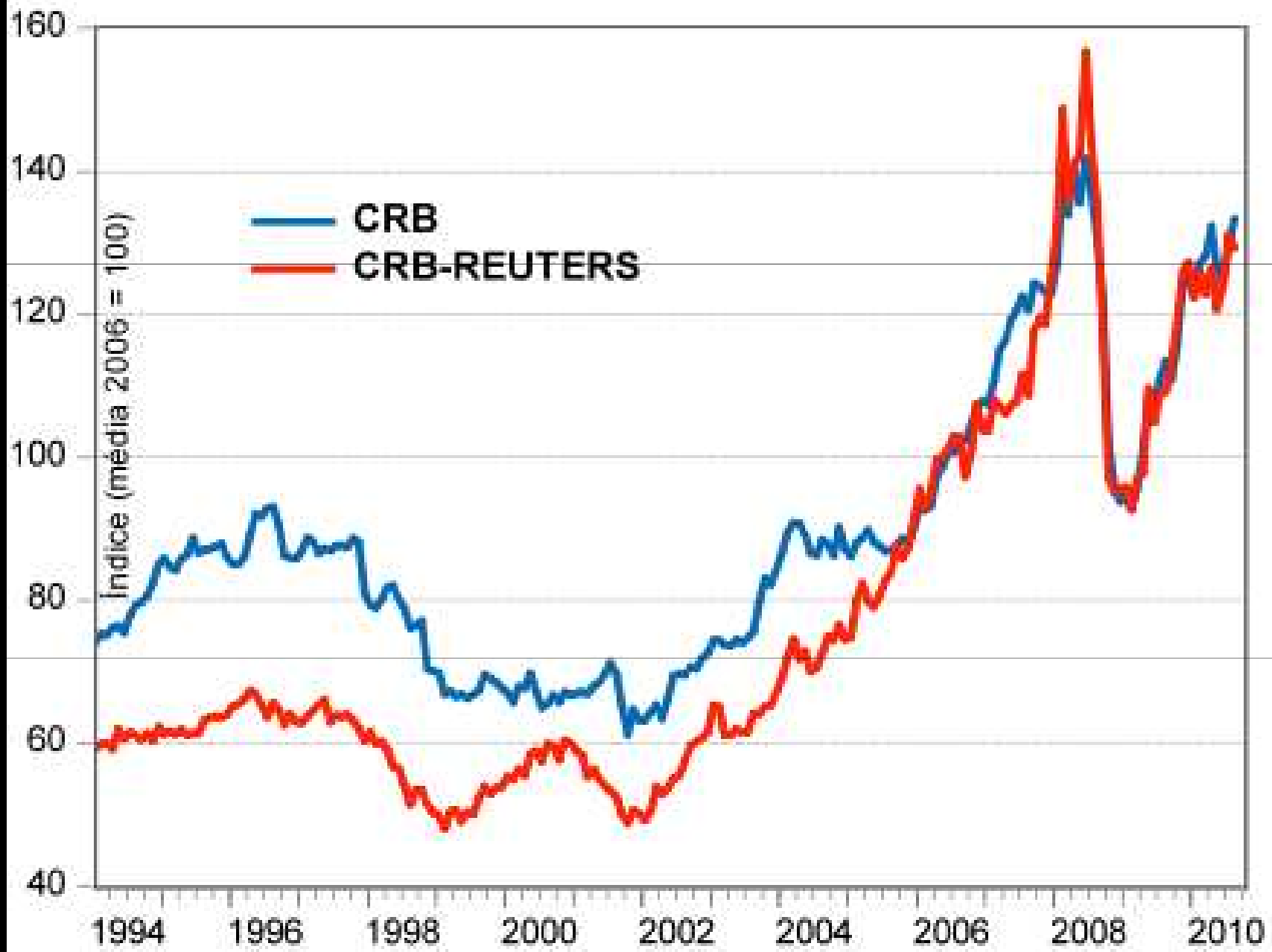
Def. C. Corrente **44,5**

(= 2,2% PIB)

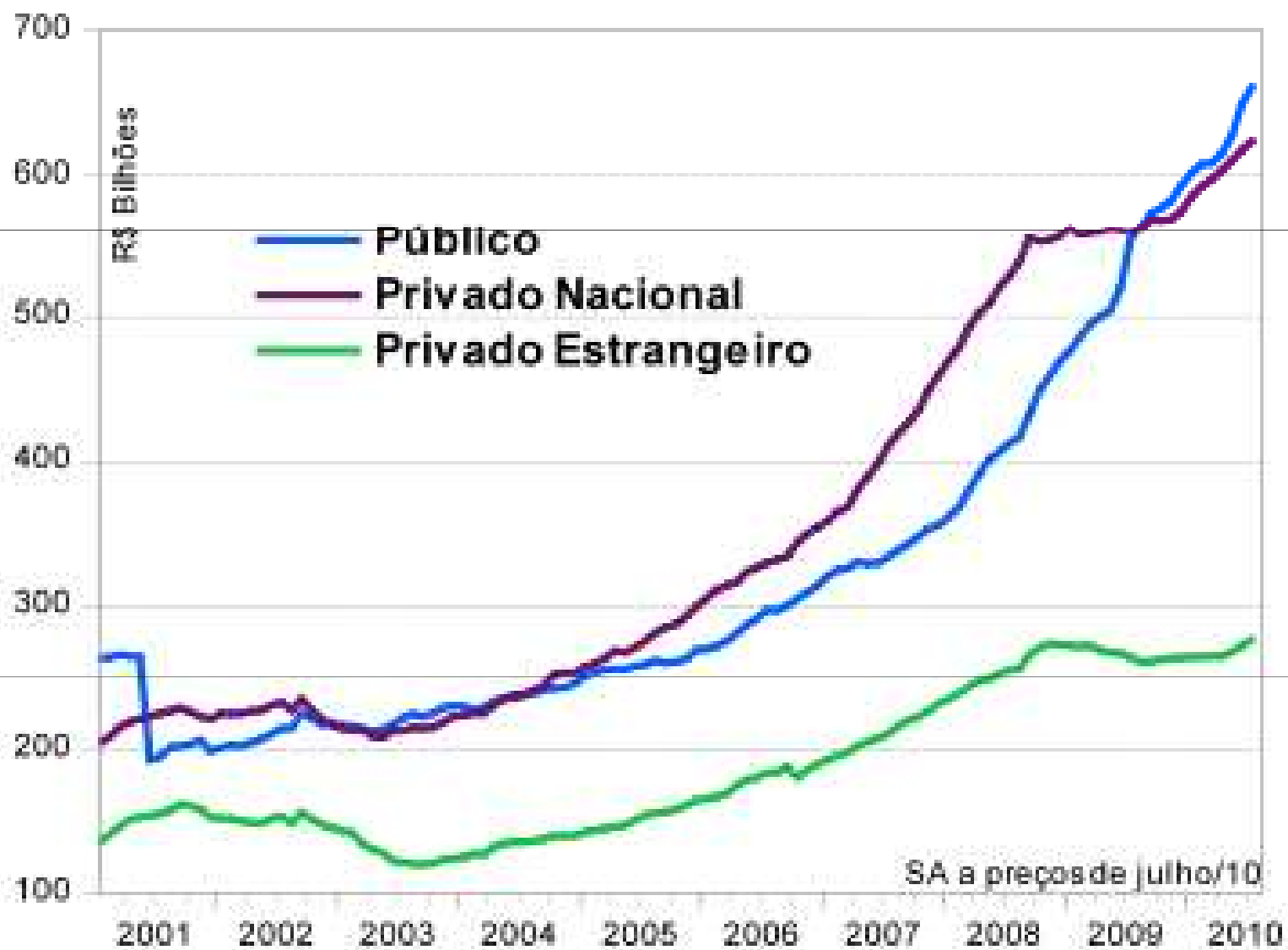




Apêndice



Crédito Público e Privado



Crédito à Instituições Financeiras Oficiais

